



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

Estudo de caso de uma mulher sujeita a violência conjugal psicológica, com crenças de amor romântico e uma história de violência interparental.

Ana Catarina Costa Chaves Baptista

Aluna nº 12678

Orientador de Dissertação:

ANTÓNIO AUGUSTO PAZO PIRES

Coordenador de Seminário de Dissertação:

ANTÓNIO AUGUSTO PAZO PIRES

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:
MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA

2012

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Professor António Augusto Pazo Pires e apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de PSICOLOGIA CLÍNICA, para dar cumprimento ao Despacho de Adequação nº 19673/2006 (2ª série), com o nº de registo: R/B-AD-781/2006.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, aos docentes do ISPA que ao longo do curso com a sua sabedoria e disponibilidade me possibilitaram a aquisição dos meus atuais conhecimentos, não podendo deixar de destacar em particular o meu Coordenador do Seminário de Dissertação - Senhor Professor António Augusto Pazo Pires, o orientador de estágio - Senhor Professor Pedro Aleixo, e o Provedor do Aluno Senhor Professor Doutor Manuel Eduardo dos Santos, que em vários momentos, através da sua competência e disponibilidade, tiveram um papel fundamental nesta reta final deste meu percurso académico.

A toda a equipa e utentes da “**Ajuda de Mãe**”, instituição onde realizei o meu estágio, pelo acolhimento, apoio, disponibilidade e atenção que me prestaram, e onde foi possível recolher através de um caso vivido, a matéria bruta essencial para a realização desta dissertação.

Finalmente, agradeço, à minha família e em especial, ao meu marido, à minha filha, ao meu filho, e aos meus pais, pela disponibilidade, paciência e encorajamento que me disponibilizaram, para a concretização deste projeto.

MUITO OBRIGADA A TODOS.

ÍNDICE

ARTIGO DE REVISÃO DE LITERATURA - Porque algumas mulheres vítimas de violência psicológica conjugal não reconhecem a situação de abuso a que estão expostas?.....	2
Resumo.....	3
Abstract	3
Introdução	4
Desenvolvimento.....	5
Violência Conjugal	5
Violência psicológica conjugal	7
Vulnerabilidades das vítimas.....	8
Dinâmica da relação conjugal violenta e consequências na saúde mental	9
Contribuição das crenças de amor romântico na dinâmica da relação conjugal violenta....	9
Modelos teóricos.....	11
Consequências da exposição à violência interparental na vida conjugal futura.....	13
Conclusão.....	18
Referências Bibliográficas	20
ARTIGO EMPÍRICO – Estudo de caso de uma mulher sujeita a violência conjugal psicológica, com crenças de amor romântico e uma história de violência interparental	28
Resumo.....	29
Abstract	29
Introdução	30
Desenvolvimento.....	33
Estudo de caso: Maria	33
Discussão	39
Conclusão.....	46
Referências Bibliográficas	48

ARTIGO DE REVISÃO DE LITERATURA

Porque algumas mulheres vítimas de violência psicológica conjugal não reconhecem a situação de abuso a que estão expostas?

Resumo

Algumas mulheres permanecem numa relação conjugal violenta em que são vítimas, sem que adquiram consciência da sua vitimização. Em consequência, não tomam as desejáveis iniciativas no sentido da cessação do abuso e por sua vez, os técnicos de saúde dos serviços de apoio a que se dirigem, podem ser induzidos em diagnósticos inadequados. Através da revisão da literatura existente, procurou identificar-se quais os fatores de vulnerabilidade destas mulheres à sua vitimização e a sua influência, tendo-se aprofundado o foco da investigação nas possíveis consequências da exposição à violência interparental e das crenças de amor romântico. Conclui-se que ao nível das vulnerabilidades, estes dois fatores podem contribuir determinantemente para que a mulher não identifique a experiência vivida como violência. Adicionalmente, ser-se vítima de violência psicológica sem ocorrência de violência física e a própria situação de abuso, são fatores externos à mulher que também podem contribuir para que esta não interprete enquanto tal a situação de violência a que é submetida.

Palavras-chave: Violência conjugal, violência interparental, ciúme.

Abstract

Some women remain in a violent marital relationship without gain awareness of their status as victims. This situation inhibits the desired corresponding initiatives of the victim to stop the abuse as well as it makes difficult the right diagnostics by health professionals involved. Through review of existing literature, sought to identify the factors of vulnerability to victimization of these women and their influence, having been the focus of extensive research on the possible consequences of exposure to interparental violence and beliefs of romantic love. It is concluded that concerning vulnerabilities, these two factors may contribute decisively to the woman not identify the experience as violence. Furthermore, being victim of psychological violence without physical violence occurrence and also the abuse situation itself, are some external factors that may also contribute in order she will not interpret her situation of victim.

Keywords: Intimate partner violence, interparental violence, jealousy

Introdução

Muitas mulheres vítimas de violência conjugal, podem não reconhecer desde logo a situação de abuso a que estão expostas (Burke, Gielen, McDonnell, O'Campo, & Maman, 2001), e outras tendem a minimizar o risco das agressões a que estão sujeitas, comprometendo deste modo, uma avaliação correta desse mesmo risco (Martin et al., 2000), facilitando a sua permanência inconsciente numa relação abusiva.

A interpretação que fazemos de acontecimentos violentos depende da forma como percecionamos o mundo e a vida, e envolve fatores como a nossa experiência, cultura e sociedade (Zulueta, 1996) podendo dificultar a identificação da experiência vivida como violência (Diniz & Pondaag, 2006).

Neste sentido, a investigação na área da violência conjugal, tem evidenciado que as mulheres vítimas de violência pelo parceiro, apresentam níveis elevados de história de exposição a violência interparental (Bensley, Eenwyk & Simmons; 2003; Fritz, Slep, & O'Leary, 2012; Kantor & Straus, 1987, cit. Giles-Sims, 1998; Renner & Slack, 2004), sendo esta correspondência ainda mais elevada, quando o agressor era o pai e a vítima a mãe (Fritz, Slep, & O'Leary, 2012). Também no que respeita à influência das crenças de amor romântico, estas têm sido apontadas como um dos fatores que contribuem para que as mulheres vítimas de violência conjugal não interpretem os atos violentos a que são sujeitas (Henton et al., 1983 cit. Gelles, 1997; Puente & Cohen, 2003).

Interiorizar que se está a ser maltratada injustamente, reconhecer o estatuto criminal deste tipo de conduta e aceitar que tal comportamento é errado ou ilegítimo, constituem condições fundamentais para que a mulher decida pôr fim ao abuso (Matos & Machado, 1999).

A violência conjugal é um processo em que progressiva e gradualmente se desenvolve a degradação da saúde da mulher, dificultando em consequência a sua saída da relação abusiva. Torna-se pois, fundamental para a sua saída da situação, que ela tenha consciência da sua vitimização o mais precoce possível.

Para que os técnicos que trabalham com estas mulheres possam ajudá-las a tomar consciência da sua situação, torna-se fundamental compreender quais os fatores que dificultam a correta interpretação dos atos violentos a que sejam sujeitas.

Desenvolvimento

Violência Conjugal

Segundo um estudo multinacional publicado em 2011 pela World Health Organization (WHO), a violência conjugal afeta uma elevada percentagem da população mundial, sendo mulheres a maioria dos que são vítimas e homens a maioria dos agressores. Em todo o mundo a percentagem de mulheres vítimas de violência conjugal em alguma altura da sua vida, varia entre os 15% (Japão) e os 70% (Etiópia e Perú) (WHO, 2011). Em Portugal, segundo dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), 43 mulheres foram mortas em 2010, vítimas de violência doméstica (APAV, 2011).

Os danos causados por este tipo de violência podem durar uma vida inteira e abranger várias gerações, com efeitos adversos na saúde, educação e emprego (WHO, 2011). A violência conjugal encontra-se fortemente associada ao suicídio, desordens ao nível do sono e da alimentação, baixa autoestima, desordem de personalidade, disfunção social e tendência para o abuso de drogas (Aguilar & Nightingale, 1994; Zlotnick, Johnson, & Konh, 2006).

As mulheres vítimas de violência conjugal apresentam maior prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e stress pós-traumático (PTSD) quando comparadas com mulheres não sujeitas a este tipo de violência, não se registando diferenças do grau de ocorrência daqueles sintomas entre as mulheres vítimas de violência física e psicológica e as mulheres vítimas apenas de violência psicológica (Picó-Alfonso et al., 2006 cit. Blasco-Ros, Sánchez-Lorente, & Martinez, 2010).

Vários autores caracterizam a violência conjugal como um processo complexo, que pode durar meses e anos, com repercussões negativas a vários níveis, podendo no limite levar à morte do(s) envolvido(s) (e.g. Alhabib, Nur, & Jones, 2010; Bucher-Maluschke, 2004; Hirigoyen, 2007).

Relativamente à definição exata de “violência conjugal” ainda existe alguma discussão (Saltzman, Fanslow, McMahon, & Shelley, 2002 cit. Armendariz, Bohman, & Heffron, 2011). Em 2011, a WHO baseada na definição de violência contra as mulheres, da Organização das Nações Unidas (ONU), caracteriza o termo “violência conjugal” (Intimate Partner Violence) como os comportamentos numa relação íntima que causem dano físico, sexual ou psicológico, incluindo a agressão física, coação sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores (WHO, 2011). Este tipo de violência pode ocorrer entre casais heterossexuais ou do mesmo sexo e não exige intimidade sexual (WHO, 2011). A violência

pode variar na frequência e severidade, e ocorre de forma contínua variando entre agressões ligeiras que podem ou não ter impacto na vítima, até à agressão física crónica e severa (CDC, 2011).

Alguns autores, para uma melhor compreensão da motivação da violência conjugal, complementam esta definição, acrescentando que os comportamentos exibidos na violência conjugal demonstram um padrão de abuso usado por uma pessoa para obter e manter o poder, controle e autoridade sobre outro (Walker, 1999; Peterman & Dixon, 2001, cit. Armendariz et al., 2011), e perpetuam a violação do sentido de autoconfiança do parceiro (Alhabib et al., 2009, cit. Armendariz et al., 2011).

De acordo com Saltzman e colaboradores (2002, cit. CDC, 2011), existem 4 tipos principais de violência conjugal:

Violência física - uso intencional da força física, contra outra pessoa, com o potencial para causar a morte, deficiência física, ferimento ou dano. Inclui por exemplo, os arranhões, empurrar, fechar, abanar, cortar, asfixiar, esbofetear, picar, queimar, uso de arma e ainda a imposição de restrições físicas.

Violência sexual - uso da força física para compelir uma pessoa num ato sexual contra sua vontade, seja ou não o ato consumado; tentar ou consumir um ato sexual envolvendo uma pessoa que não é capaz de compreender a natureza ou condição do ato, ou de declinar a participação ou comunicar a sua recusa, devido a doença, deficiência ou influência de álcool ou outras drogas ou ainda devido à pressão e intimidação; e contacto sexual abusivo.

Ameaças de violência física ou sexual - palavras, gestos ou armas para comunicar a intenção de causar a morte, deficiência, ferimento ou dano físico.

Violência psicológica ou emocional - trauma causado à vítima por atos, ameaças de atos ou táticas coercivas. Inclui por exemplo, a humilhação da vítima, o controle do que a vítima pode e não pode fazer, retenção de informações importantes para a vítima, fazer deliberadamente qualquer coisa que faça a vítima sentir-se diminuída ou embaraçada, isolar a vítima dos amigos e da família e impedir o acesso da vítima ao dinheiro e a outros recursos básicos. Também se considera violência psicológica ou emocional a ocorrência anterior de violência física ou sexual, ou ameaças das mesmas.

Violência psicológica conjugal

A violência Psicológica é o tipo de agressão mais frequente nos contextos de maltrato na relação conjugal (Asensi, 2008 cit. SMS, 2010) e causa sérias consequências sobre a saúde da vítima (Follingstad, Rutledge, Berg, Hause, & Polek, 1990) com um impacto psicológico igual ou maior do que o provocado pelas agressões físicas (Gelles, 1997, cit. Matos, 2002; Henning & Klesges, 2003; Sackett & Saunders, 1999). As mulheres expostas apenas a violência psicológica apresentam maior probabilidade de permanência na relação conjugal violenta quando comparadas com mulheres expostas simultaneamente a violência psicológica e física (Blasco-Ros, Sánchez-Lorente, & Martinez, 2010).

Este tipo de violência "invisível" e insidiosa pode causar transtornos psicológicos, desestruturação psíquica, agravar doenças físicas, e inclusive levar ao suicídio (Asensi, 2008, cit. SMS, 2010).

Na maior parte das vezes, a violência física só surge quando a mulher resiste à violência psicológica (Hirigoyen, 2006). É relativamente consensual na literatura que a violência psicológica acompanha e tende a preceder a agressão física (Gelles & Straus, 1988; Hirigoyen, 2006; Okun1986, cit. DeKeseredy, 2000; Walker, 1984). Mas, nem sempre é assim, em alguns casos, o agressor nunca chega a dar o passo para a agressão física, continuando a exercer violência psicológica durante vários anos (Loring, 1994).

As vítimas de violência conjugal tendem a recordar com precisão o primeiro episódio de agressão física, mas não o início da agressão psicológica, já que o seu início é mais subtil e impercetível, tornando-se mais difícil situar no tempo (Amor & Bohórquez, 2011). A violência psicológica é mais difícil de identificar que a violência física porque não deixa marcas visíveis e porque atribui-se-lhe menos importância a nível pessoal e social devido a considerar-se de menor repercussão na saúde da vítima (Castellano, García, Lago, & Ramírez, 1999). No entanto a maioria de vítimas estudadas consideram a ridicularização, humilhação e os ataques verbais como mais desagradáveis que a violência física sofrida (Follingstad, Rutledge, Berg, Hause, & Polek, 1990; Walker, 1979), e as investigações qualitativas têm mostrado de forma sistemática que as mulheres consideram frequentemente a violência psicológica como causadora de efeitos mais devastadores que a violência física (WHO, 2011).

Apesar da maioria das vítimas considerar de modo geral a violência psicológica como mais desagradável que a física, parece ser no entanto consensual que mulheres em situação de violência conjugal, tendem a não identificar a situação de abuso a que estão expostas, quando

o abuso é apenas de cariz psicológico. Tal é corroborado no estudo realizado por Blasco-Ros, Sánchez-Lorente e Martínez (2010) onde se refere que as mulheres expostas apenas a violência psicológica necessitam de maior ajuda para se libertarem da relação violenta conjugal e recuperar a saúde mental, quando comparadas com mulheres vítimas simultaneamente de violência psicológica e física.

Vulnerabilidades das vítimas

“Compreender porque se tolera um comportamento intolerável é também compreender como se pode sair dele” (Hirigoyen, 2006, p. 16), pelo que o conhecimento das características das vítimas proporciona-nos uma informação válida para um melhor conhecimento da vitimologia (Lewis & Fremouw, 2000).

Qualquer mulher, seja qual for a sua personalidade ou condição social pode vir a sofrer violência pelo seu parceiro, mas aquelas que apresentam alguns fatores de vulnerabilidade, apresentam maior dificuldade para se libertarem deste tipo de relação, porque perante as agressões, apresentam uma resistência menor (Bucher-Maluschke, 2004; CDC, 2011; DAIP, 2011; Gelles & Straus, 1988; Hirigoyen, 2006; WHO, 2011).

Segundo a literatura estes fatores de vulnerabilidade podem ser vários, contudo a partir de numerosos estudos, têm sido identificadas algumas características comuns entre as vítimas: baixa autoestima; auto caracterização como tradicionalista em casa ou forte crença na unidade da família e no estereótipo prescrito para o papel da mulher; aceitação da sua própria responsabilidade nas ações do agressor; sofrer de culpa negando o sentimento de raiva e terror; apresentar uma face passiva para o mundo, apesar de ter força para manipular seu ambiente de modo a sobreviver; reações de stress moderado a grave, com queixas psicológicas e fisiológicas; usar o sexo como forma de estabelecer intimidade; acreditar que ninguém será capaz de ajudá-la a resolver sua situação, exceto ela própria; acreditar frequentemente que merece o castigo que recebe; tipicamente subestima as suas capacidades em consequência do agressor repetidamente lhe chamar incompetente e incapaz de resolver problemas por si própria; **história de violência doméstica na família de origem**; existência de filhos (crenças sobre a separação e os filhos, dependência económica e medo de perder os filhos); isolamento social; medo provocado por ameaças de morte e de castigo; **crenças de amor romântico** (CDC, 2011; Violence, 2001; WHO, 2011).

Dinâmica da relação conjugal violenta e consequências na saúde mental

Para Hirigoyen (2007) a mulher vítima de violência conjugal é submetida a uma “lavagem cerebral”, que resulta da alternância de comportamentos de doçura e brutalidade exibidas pelo seu parceiro, e de ameaças que começam de forma insidiosa que progressivamente se tornam diretas, instaurando o medo. As agressões vão afetando a saúde mental da mulher, através da destruição da sua autoestima, do isolamento social a que vai sendo submetida e da percepção de impotência face às situações com que vai sendo confrontada (Gelles & Straus, 1988; Silva, 1995). A baixa autoestima, na mulher, representa um fator de risco e uma consequência da violência conjugal. Walker (1979) refere que a baixa autoestima é uma característica comum nas mulheres vítimas de violência conjugal. A mesma defende que a mulher desenvolve, como efeito das situações traumáticas, uma patologia definida por “síndrome da mulher agredida” que é uma conjugação de baixa autoestima, medo, depressão, culpa e passividade.

A baixa de autoestima e o isolamento social vão interagindo de forma recíproca, comprometendo cada vez mais a saúde mental da mulher, uma vez que a manutenção da autoestima é fundamental para a manutenção das redes sociais (Peixoto, 2003).

O processo de violência conjugal começa com microviolências que vão tomando diferentes formas que vão-se ampliando, desde o galanteio, à possessão, ao controlo, até ao isolamento, à perseguição, à difamação, às desqualificações, às humilhações, às ameaças, aos insultos, levando, pouco a pouco, a mulher a duvidar dela própria e a perder todo o seu sentido crítico (Hirigoyen, 2007). Ao longo deste processo a mulher vai interiorizando as opiniões do parceiro agressor sobre si, reforçando, ainda mais, sua baixa autoestima, e absorvendo os desejos e vontades do parceiro, anulando os seus (Silva, Coelho, & Caponi, 2007).

Contribuição das crenças de amor romântico na dinâmica da relação conjugal violenta

As crenças relativas ao amor, ao ciúme e à relação romântica também podem contribuir para que a mulher negligencie as agressões infligidas pelo companheiro. Neste sentido, Gelles & Straus (1988) alertam que apesar da ideia socialmente difundida de que amor e violência são incompatíveis, é precisamente na relação amorosa, que ambos se manifestam e repetem, independentemente da etnia e condição social.

Na generalidade das situações em que ocorre violência psicológica, não se verifica registo de dano pela pessoa abusada, porque o abuso é justificado pelo amor (Ravazzola,

1997). Neste tipo de relações a dominação e o ciúme são aceites ao início, pela mulher, como uma prova de amor (Hirigoyen, 2007).

Num estudo latino, Puente e Cohen (2003), salientam que a violência exercida pelo homem agressor descrito como ciumento, é mais tolerada, e os abusadores ciumentos são também considerados mais românticos no amor com a parceira do que os abusadores não ciumentos. Os mesmos autores reforçam, ainda, que neste tipo de relações em que ocorrem sentimentos de ciúme exacerbados, a mulher tende, impelida pela convicção acima descrita, a interpretar os atos violentos como provas de amor.

Devido a esta interpretação da violência como uma evidência de amor, as vítimas tendem a não perceber estas formas de interação como abusivas, não se consciencializando de que estão a ser vítimas de agressões por parte do seu parceiro (Puente & Cohen, 2003). Segundo um estudo realizado, neste domínio, um quarto das vítimas interpretam estes atos violentos como uma evidência de amor (Henton et al., 1983, citado por Gelles, 1997).

Mesmo quando as mulheres detetam que as coisas não vão bem, tendem a acreditar poder fazê-los mudar com o poder do seu amor (Hirigoyen, 2006). Deste modo, vão alimentando a esperança de que os atos violentos cessem e a relação afetiva se mantenha, podendo vir a suportar por muitos anos a vivência de uma relação perturbadora (Gelles & Straus, 1988).

Os comportamentos amorosos do agressor intercalados com os comportamentos agressivos, representam um reforço intermitente que contribuem para que a mulher desvalorize as agressões, porque se centra “na parte boa” do relacionamento que anteriormente viveu, desejando que outros momentos bons possam ocorrer novamente (Hirigoyen, 2006). A cessação da violência, ou o abuso encoberto justaposto com comportamentos mais positivos aumenta a incerteza da mulher agredida levando-a a questionar a veracidade das suas perceções (Follingstad & Dehart, 2000).

A mulher vai sendo persuadida pelo companheiro agressor de que ele tem razão e ela não vale nada, assumindo a culpa das agressões e sentindo-se de algum modo sempre responsável pelo que lhe está a acontecer (Hirigoyen, 2007). Perante as agressões a mulher experimenta sentimentos como vergonha, humilhação e perplexidade que levam-na a procurar em si mesma os motivos que a colocaram naquela situação, auto culpabilizando-se pelo sucedido (Gelles & Straus, 1988; Silva, 1995).

“A auto culpabilização é uma resposta adaptativa que corresponde à necessidade das pessoas se julgarem capazes de controlar aquilo que lhes acontece, de preservarem a sua confiança num mundo onde as coisas não acontecem por acaso e de atribuir um significado a acontecimentos que de outra forma seriam inexplicáveis” (Silva, 1995, p.117). A mulher ao auto culpabilizar-se, e ao atribuir a si mesma as causas do conflito, pode sentir que tem alguma margem de manobra, ou poder, para controlar e mudar a relação violenta (Nafs, Usaola, Gironés, & Redo, 2005).

O papel tradicional da mulher, imposto pela sociedade, que a leva a acreditar que é sua responsabilidade manter o parceiro feliz e a unidade da família, também pode contribuir para que a mulher assuma a responsabilidade pelas respostas do agressor (Violence, 2001).

Modelos teóricos

A violência conjugal é um fenómeno complexo e multicontextual, que tem sido abordado através de vários modelos teóricos, que contudo, não têm conseguido explicá-lo de forma consensual (Matos, 2002). Nenhuma teoria é capaz de forma única, fornecer o grau de compreensão que procuramos (Rhodes & Baranoff McKenzie, 1998, cit. Nafs, Usaola, Gironés, & Redo, 2005). Cada modelo teórico baseia-se em pressupostos diferentes, pelo que cada um deles poderá dar um contributo importante na compreensão de uma situação particular. Para compreendermos porque razão algumas mulheres vítimas de violência conjugal não têm consciência de que estão a ser vítimas, e como consequência permanecem na relação abusiva, começaremos por abordar de forma geral, em seguida, alguns modelos teóricos que tentam explicar os motivos pelos quais a mulher se mantém na relação conjugal violenta, ainda independentemente do grau de consciência da violência a que estão sujeitas.

A **Teoria do ciclo de violência** de Walker (1979) defende que as mulheres maltratadas não conseguem visualizar alternativas para sair da situação violenta, porque o abuso produzido no início da relação e as tentativas iniciais para mudar a situação vão fracassando ao longo do tempo. Esta teoria identifica três fases intermitentes: na fase da **tensão** verifica-se uma escalada gradual de irritabilidade por parte do homem sem motivo compreensível para a mulher, incluindo violência verbal e indícios sugestivos de futura agressão física, evoluindo para a fase seguinte que consiste na agressão; na fase da **agressão** decorre violência que pode incluir agressão física, psicológica e/ou sexual; finalmente surge a fase, “**lua de mel**” em que cessam a violência e a tensão e o agressor desenvolve estratégias de manipulação afetiva e falso arrependimento. Com o tempo, devido à dinâmica e ao

desgaste relacional, tende-se a iniciar um novo ciclo. Com cada repetição de ciclo, surgem consequências cada vez mais violentas e graves, de tal modo que a fase de lua-de-mel, durará cada vez menos até desaparecer por completo (Dobash, 1980; Dutton, 1992) e as fases de aumento de tensão e violência tornam-se cada vez mais longas (Burstow, 1992).

As estratégias utilizadas pelo agressor funcionam como estratégias de reforço intermitente que “vinculam” a vítima à relação. Nesta perspectiva, o contexto de “periodicidade” do abuso, o desequilíbrio de poder, a incerteza dos afetos, a ambiguidade das expressões afetivas do agressor nas diferentes fases e a consequente esperança na mudança do companheiro, são alguns dos fatores centrais que aumentam a ambivalência e a vulnerabilidade da mulher face ao parceiro, contribuindo deste modo, para a sua manutenção na relação.

A **teoria da dependência psicológica** de Strube (1988) defende que a mulher permanece na relação violenta devido ao compromisso estabelecido com o parceiro. Nesta perspectiva, a mulher apenas sairá da relação violenta depois de comparar as consequências positivas e negativas e da sua rede de apoio.

A **teoria da união traumática** de Dutton e Painter (1981) defende que o desequilíbrio no poder e a intermitência de comportamentos bons e maus do agressor, são os fatores que provocam na mulher maltratada o desenvolvimento de uma ligação ou união traumática com o agressor através de condutas de submissão, lealdade e docilidade (SMS, 2010).

A **teoria da indefesa aprendida** de Seligman (1975), embora não tenha sido desenvolvida para a abordagem particular na violência conjugal, tem sido utilizada nesta área. Esta teoria defende que quando uma pessoa se depara com um acontecimento que é independente das suas respostas, aprende que este é incontrolável, gerando um estado psicológico de bloqueio e desistência (Nafs, Usaola, Gironés, & Redo, 2005).

As **teorias feministas**, consideram que os fatores responsáveis pela violência contra a mulher, situam-se na organização e cultura da sociedade atual. A violência contra a mulher é um problema social multicontextual pois envolve motivos psicológicos e de cariz relacional cultural e político (Campbell & Landerburger, 1995 citado por Matos, 2002). Vários autores (e.g. Dohmen, 1997; Dobash, 1980; Dobash & Dobash, 1998; Dutton, 1992; Johnson, 1995; Kurz, 1993; Straus, 1993; Walker, 1979; Yllo, 1993) defendem que o género e o poder constituem o processo chave da violência conjugal, não sendo apenas um mero componente desta, considerando que a violência exercida não é um fim em si mesmo mas, faz parte de

uma estratégia do homem para exercer poder e controle sobre a mulher. Nesta perspectiva, a “Domestic Abuse Intervention Programs” (DAIP, 2011) descreve um conjunto de diferentes táticas utilizadas pelo homem na relação conjugal para conseguir o seu objetivo de exercer controle sobre a mulher: **intimidação** (ex.: olhares e gestos agressivos, agressão dos animais e destruição de bens da vítima, exibição de armas), **Abuso emocional** (ex.: rebaixamento, humilhação), **isolamento** (ex.: controlar o que a vítima faz, as saídas, com quem convive), **minimizar-negar-culpar** (ex.: desvalorização e negação dos abusos, culpabilização da vítima), **utilização das crianças** (ex.: ameaça de levar os filhos), **abuso económico** (ex.: dificultar a obtenção de emprego), **privilégio do macho** (ex.: tratá-la como uma criada, marginalizando-a das decisões importantes) e **coação e ameaças** (ex.: ameaçar suicídio/homicídio, obrigar a cometer atos ilegais) (DAIP, 2011). Este tipo de táticas utilizadas pelo agressor, produzem ao longo do tempo uma crescente degradação na saúde mental da mulher, que contribuem para uma dificuldade cada vez maior em sair da relação.

A **teoria de transmissão intergeracional da violência**, tendo implícita a teoria da aprendizagem social, consiste na transmissão de pais para filhos dos hábitos e condutas violentas provenientes de gerações anteriores (Widom, 1989; Straus, 1980; Wolfe et al., 1998 cit. Ehrensaft, 2007). Vários autores, consideram a violência da família de origem um fator de risco para a reproduzir ou tolerar na idade adulta (eg. Gelles & Straus, 1988; Matos, 2002). Parece haver uma espécie de isomorfismo entre o comportamento observado na infância e o esquema relacional derivado dele na fase adulta (Kalmuss, 1984). Segundo a teoria da vinculação de Bowlby (1980) as crianças desenvolvem modelos relacionais internos, relativamente estáveis, através da interação com seus pais (ou figuras de suporte) que utilizam posteriormente como guias na sua relação com outras pessoas. De acordo com Freud (1910/1980) os modelos parentais assumem influência na preferência e vinculação conjugais e familiares. Tal pode ser um dos motivos para explicar, porque algumas mulheres que cresceram num contexto familiar sofrendo violência e/ou testemunhando a mãe sofrer maus tratos, tendem a escolher parceiros violentos, e ao mesmo tempo tornarem-se passivas perante a sua vitimização (Renner & Slack, 2004).

Consequências da exposição à violência interparental na vida conjugal futura

A exposição a conflitos construtivos, entre os pais, pode ser benéfico para o desenvolvimento psicológico infantil, porque ensina a criança a lidar e a gerir conflitos (Benetti, 2006; Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990), mas a exposição a

conflitos violentos, entre os pais, provoca sofrimento na criança (Davies & Cummings, 1994; Grych & Fincham, 1990; Machado & Gonçalves, 2003) e pode condicionar a forma como esta percebe o mundo e o valor que atribui à vida (Groves & Zuckerman, 1997). “A resolução de conflitos familiares de forma agressiva é vivida pela criança como experiência quotidiana de violência, indicando que a solução de problemas pode ser alcançada através do uso de estratégias agressivas” (Benetti, 2006, p.263).

A violência interparental compreende atos de violência, mútua e bidirecional, praticados entre o casal, em regime marital ou em união de facto, que abrangem a relação pais-filhos, ainda que estes possam não ser os seus progenitores (Costa & Sani, 2007).

Segundo Sani (2006) o termo “criança exposta à violência interparental” designa uma criança que vive numa casa caracterizada pela violência (Jouriles, Norwood, McDonald & Peters, 2001) que até pode não estar a observar diretamente o abuso, mas estar antes num canto a ouvir, ou no seu quarto a tentar dormir, ou ver somente no dia seguinte as marcas da violência, ou experienciar um ambiente estranho no relacionamento com os pais, por exemplo (Jouriles, McDonald, Norwood & Exell, 2001, cit. Sani, 2006).

As relações familiares, especialmente a relação entre os pais, e os estilos parentais, afetam a capacidade da criança para autorregular os seus comportamentos e emoções e influenciam o significado que esta atribui às relações interpessoais (Gilliom, Shaw, Beck, Schonberg & Lukon, 2002; Siegel, 1999, cit. Hernández & Gras, 2005). De acordo com Kinsfogel e Grych (2004) o desenvolvimento socio-emocional da criança é particularmente afectado pelo modo como os seus pais resolvem os conflitos, e parece haver uma forte associação entre o conflito parental e a qualidade de vinculação (e.g, Frosch, Mangelsdorf, & McHale, 2000 cit. Kinsfogel & Grych, 2004), conflito interparental e relacionamento entre pares (Parke et al., 2001 cit. Kinsfogel & Grych, 2004) conflito interparental e representação mental dos relacionamentos familiares na criança (Grych, Wachsmuth-Schudlich, & Cummings, 2001 cit. Kinsfogel & Grych, 2004).

A exposição à violência interparental constitui um importante fator de risco, para a ocorrência, na vida adulta, de psicopatologia (Bensley, Eenwyk, & Simmons, 2003; Vostanis, Tischler, Cumella e Bellerby, 2001 cit. Sani, 2006) e violência conjugal (e.g Bensley, Eenwyk, & Simmons, 2003; Heyman & Slep, 2002 cit. Sani, 2006; Carlson, 1988; Strauss, Gelles, Steinmetz, 1981, cit. Dutton, 2000).

Vários autores referem que as crianças expostas a violência interparental encontram-se mais disponíveis, do que crianças não expostas à violência, para virem a ser vítimas de violência conjugal, na vida adulta (e.g. Fergusson, Boden, & Horwood, 2006; Fehringer & Hindin, 2009; Kubeka, 2008; Renner & Slack, 2006 cit. *Journal of Social Work*, 2010). Hotaling e Sugarman (1986, cit. Holtzworth-Munroe, Smutzler, & Sandin, 1997) concluíram no seu estudo que entre vários fatores de risco estudados, a exposição à violência interparental constitui o preditor mais consistente para se poder vir a tornar uma vítima de violência conjugal. Kantor e Straus (1987, cit. Giles-Sims, 1998) referem que as mulheres vítimas de violência conjugal registam uma probabilidade duas vezes superior às outras de terem crescido em lares violentos.

As sequelas resultantes da exposição à violência interparental são complexas, múltiplas e multifacetadas, afetando vários domínios do desenvolvimento da criança (comportamental, emocional, social, cognitivo e físico), podendo manifestar-se em momentos temporais distintos, imediatos e/ou longo prazo (Berman, 1993; Coutinho & Sani, 2008; McCloskey & Licheter, 2003). No entanto, este tipo de violência não pode ser necessariamente considerado sinónimo de desajustamento psicológico, uma vez que as respostas de crianças que convivem com este tipo de violência variam da psicopatologia até à ausência de sinais relevantes do ponto de vista clínico (Coutinho & Sani, 2008). Os estudos neste domínio têm documentado um conjunto de fatores mediadores do impacto deste tipo de violência nos filhos, como por exemplo a idade, o género, o tipo de suporte percebido e recebido e significados atribuídos à violência (e.g., Berman, 1993). Uma relação positiva com a figura parental não violenta pode também aumentar a probabilidade de resiliência face a um ambiente familiar violento (Rocklin & Lavett, 1987, cit. Harris & Dersch, 2001).

A exposição à violência interparental gera vulnerabilidade física e emocional nas crianças, na medida em que a exposição a eventos assustadores, imprevisíveis e traumáticos, interferem de forma significativa com os padrões desenvolvimentos normativos (Carlson, 2000; Cummings & Davies, 1994; Edleson, 1999; Holden, 1998; Hughes, Humphrey & Weaver, 2005; Kitzmann, Gaylord, Holt & Kenny, 2003; Mcneal & Amato, 1998; Peled, 1998, Rodrigues, 2006 cit. Coutinho & Sani, 2008). Este tipo de violência pode ter graves consequências, para a criança, resultando entre outros, em níveis elevados de agressão, depressão, raiva e ansiedade (Graham-Bermann & Seng, 2005; Johnson et al., 2002; Kitzmann et al., 2003; Knapp, 1998 cit. *Journal of Social Work*, 2010). A criança exposta a

esta violência familiar também pode criar vulnerabilidades como baixa auto-estima, sentido de impotência, estilos de vinculação insegura ou ainda sintomas de stress pós-traumático que podem diminuir o seu bem estar-estar emocional na idade adulta, directamente ou através de dificuldade em auto-proteção e desenvolvimento de relacionamentos positivos (Bensley, Eenwyk, & Simmons, 2003).

Segundo a Teoria da Aprendizagem Social, crianças repetidamente expostas a formas ineficazes de resolução de conflitos por parte dos seus pais, têm a oportunidade de observar, adquirir e gerar, também, métodos ineficazes de resolver os seus próprios conflitos interpessoais (Bandura, 1987, cit. Marcus, Lindahl, & Malik, 2001).

A compreensão que a criança, exposta a violência interpaparental, faz do mundo interpessoal, pode assentar na noção de que este tipo de conflitos violentos são inevitáveis, entendendo-os como cultural e socialmente aceites (Marin & Russo, 1999). Para Amar, Kotliarenko e Llanos (2003) crianças expostas a este tipo de violência, tendem a normalizar a conduta violenta, percebendo-a como um estilo de vida comum, de modo a estabelecer um estado funcional de equilíbrio num ambiente pouco favorável. No mesmo sentido, Harris e Dersch (2001) alertam para o risco destas crianças subestimarem, com o decorrer do tempo, a severidade das ocorrências que testemunham.

A transmissão intergeracional deste tipo de violência ocorre, quando a criança interioriza que o uso da violência nos conflitos interpessoais é algo permitido, legitimando a sua aceitação numa fase posterior (Kalmuss, 1984). Este tipo de aprendizagem apresenta diferenças segundo o género, sendo observado mais frequentemente, que os rapazes aprendem que a violência é uma estratégia eficaz de resolução de conflitos e que a sua manifestação assegura uma posição de poder e privilégio no seio familiar, enquanto que as raparigas aprendem a adoptar comportamentos de submissão e obediência (Echeburúa & Corral, 1998; Sarasúa, Zubizarreta, Echeburúa y Corral, 1996 cit. Hernández & Gras, 2005). Segundo Frawley (2008, cit. Fritz, Slep, & O'Leary, 2012) existe uma tendência para que os indivíduos reproduzam os comportamentos observados pela figura parental consistente com o seu género. Por outro lado, a estrutura familiar patriarcal naturalizou as agressões masculinas contra a mulher e a passividade feminina a elas, conservando o ciclo da violência e o poder masculino (Narvaz, 2002; Narvaz & Koller, 2004, 2006b, 2006c cit. Carvalho-Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida, & Souza, 2009).

Alguns estudos referem que mulheres que presenciaram em criança, a sua mãe sofrer violência conjugal, procuram no futuro, parceiros violentos e tendem a tornar-se impotentes à violência (Renner & Slack, 2004, cit. Carvalho-Barreto, Bucher-Maluschke, Almeida, & Souza, 2009). Segundo Bensley, Eenwyk e Simmons (2003) existe uma elevada prevalência de mulheres vítimas de violência física e emocional pelo parceiro íntimo que estiveram expostas a violência interparental. Segundo os mesmos, estas mulheres tendem a considerar a violência como uma componente normal das relações íntimas, e acrescentam que se na infância foram convencidas pelo agressor que a sua mãe era responsável pela violência, poderão apresentar maior disponibilidade para auto-culpabilizarem-se quando em adultas, sofrerem agressões pelo parceiro. De acordo com Ravazzola (1997) a criança sente-se confusa face à situação de violência entre os pais, porque tem de gerir o fato de amar o agressor (pai), e a vítima (mãe) o que a leva a procurar justificações para não incriminar o agressor, minimizando os actos violentos.

A resposta da mãe face às agressões do companheiro é um factor que pode modelar a resposta da criança exposta à violência, pelo que pode ser importante para esta, ver a sua mãe defender-se em vez de ficar passiva (Holden, 2003 cit. Journal of Social Work, 2010). Segundo Lawson (2001), a criança pode percepcionar a figura parental abusada como incapaz de lhe dar protecção e segurança, comprometendo-se fortemente uma vinculação segura. Bensley, Eenwyk e Simmons (2003), salientam que a violência interparental pode reflectir uma falta de preocupação dos pais com a resposta ou sentimentos da criança, promovendo também, um modelo para o abuso emocional na idade adulta. Viver num ambiente familiar hostil e violento pode ser extremamente debilitante para a vítima, normalmente a mãe, afetando-a de forma direta, ao nível físico e psicológico, e de forma indireta ao interferir necessariamente com a sua capacidade de gestão da relação com os filhos, com a qualidade da vinculação e com o nível de ajustamento das crianças (Levendosky, Huth-Bocks, Shapiro, & Semel, 2003).

A violência conjugal sobre a mulher tem implicações negativas ao nível do exercício da sua parentalidade (Holden, Stein, Ritchie, Harris & Jouriles, 1998; Sani, 2008 cit. Sani & Cunha, 2011), podendo torná-la inconsistente, menos responsiva, negligente ou usar mesmo com os seus filhos estratégias mais duras, como ameaça, coacção ou abuso físico (Bowker, Arbitell & McFerron, 1990; Dias, 2004; Dubowitz, Black, Kerr, Hussey, Morrel, Everson &

Starr Jr., 2001; Hester, Pearson & Harwin, 2002; Magen, Conroy, Hess, Panciera & Simon, 2001; Monteiro, 2000, cit. Sani & Cunha, 2011).

As mulheres que cresceram em ambientes violentos observando a mãe a ser agredida pelo pai, podem então, criar vulnerabilidades, tais como baixa autoestima e crenças de amor romântico que legitimam e desvalorizam a agressão na relação amorosa. Estes fatores podem contribuir para que no futuro se possam envolver e permanecer mais facilmente em relações íntimas violentas, por não terem consciência de que são vítimas e devido ao próprio processo complexo da violência conjugal.

Conclusão

Ao longo da literatura revista, conclui-se que, para que uma mulher permaneça num cenário de violência conjugal sem que de tal tenha consciência, existe um conjunto de fatores que para tal contribuem concomitantemente. Ser-se vítima de violência psicológica sem que ocorra violência física, ter-se presenciado violência entre os pais sendo a mãe vítima, ter crenças de amor romântico, situação muito prevalente na cultura latina, são situações que contribuem para que a mulher não interprete enquanto tal, a situação de violência a que é submetida.

Através dos modelos teóricos que tentam justificar a permanência numa situação abusiva conclui-se também que a própria situação de abuso favorece a permanência da mulher, pela confusão mental criada e pelos efeitos produzidos na diminuição da autoestima e do isolamento social.

A teoria do ciclo da violência ajuda a compreender que a intermitência de atitudes boas e más do agressor deixa a vítima na dúvida, ansiando pelos comportamentos bons e desvalorizando com base nestes as agressões.

A teoria da união traumática reforça a teoria do ciclo da violência ao considerar que as mulheres expostas a uma situação em que são vítimas de agressão repetida, podem acabar por entrar num estado de submissão, lealdade e docilidade, ou de “domesticação” num sentido eufemístico.

As teorias feministas ajudam a compreender a dificuldade de a mulher interpretar alguns atos como manifestações de violência na medida em que os mesmos possam ser “justificados” pela cultura predominante e pelo papel que ao homem oficialmente está atribuído (“chefe de família”).

Um dos importantes contributos das teorias feministas, consubstancia-se nos “Domestic Abuse Intervention Programs (DAIP,2011) em que se sistematiza um conjunto de comportamentos típicos utilizados pelo agressor sujeitos a uma estratégia de poder e submissão sobre a mulher e que permitem compreender porque esta tem dificuldade em identificar neles um padrão de violência.

Finalmente, o modelo da transmissão intergeracional de violência explica-nos ainda que os sujeitos tendem a reproduzir, enquanto vítimas, o papel desempenhado pela figura parental do mesmo sexo na respetiva relação conjugal.

Apesar de nenhuma das teorias justificar na totalidade este processo de permanência numa situação abusiva, todas elas em conjunto nos ajudam a compreender este fenómeno .

Por último, há a destacar que a abordagem científica deste tema se tem centrado essencialmente em estudos baseados em amostras clínicas obtidas através de situações em que a vítima tem consciência da situação de violência a que está a ser submetida e pede ajuda. É o caso das mulheres que estão em abrigos ou que recorreram aos serviços de saúde ou policiais. Os estudos das situações em que as mulheres ainda não têm consciência da sua vitimização são escassos devido à evidente dificuldade na obtenção de amostras.

Desta forma, os estudos desenvolvidos devem ser complementados com outros trabalhos que envolvam experiências de vítimas que ainda não se identificam como tal, como por exemplo os estudos de caso.

Foi intenção deste estudo contribuir para uma melhor compreensão desta vertente da violência conjugal muitas vezes “invisível” mas com dramáticas consequência ao nível psicológico.

Para prevenir que as mulheres sejam e permaneçam vítimas de violência conjugal é essencial que tenham consciência o mais precoce possível da sua situação, tornando-se para tal crítico que na sociedade se desenvolva uma nova atitude perante as violências sem marca física, uma completa e exaustiva análise das consequências na vítima da violência psicológica e finalmente a disponibilidade para as potenciais vítimas de uma metodologia de identificação dos sinais de violência psicológica.

Referências Bibliográficas

- Aguilar, R., & Nightingale, N. (1994). The impact of specific battering experiences on the self-esteem of abused women. *Journal Family Violence, 9*, 35-45.
- Alhabib, S., Nur, U., & Jones, R. (2010). Domestic violence against women: Systematic review of prevalence studies. *Journal of Family Violence, 25*(4), 369-382. Obtido de Alhabib, S., Nur, U., & Jones, R. (2010). Domestic violence against women: Systematic review of prevalence studies. *Journal of Family Violence, 25*(4), 369-382.
- Amar, J. A., Kotliarenko, M. A., & Llanos, R. A. (Julio de 2003). Factores Psicossociales Asociados Con La Resiliencia En Niños Colombianos Víctimas De Violencia Intrafamiliar. *Vol. 11, número 1*, pp. 162-197.
- Amor, P. J., & Bohórquez, I. A. (2011). *Fundacion Five - Instituto de Victimologia*. Obtido em 10 de Novembro de 2011, de Fundacion Five Web site: <http://www.fundacionfive.com/wp-content/uploads/Formacion13e.pdf>
- APAV. (7 de Fevereiro de 2011). Obtido em 20 de Setembro de 2011, de Publico web site: http://www.publico.pt/Sociedade/43-mulheres-foram-mortas-em-portugal-em-2010-vitimas-de-violencia-domestica_1478961
- Armendariz, N. B., Bohman, T., & Heffron, L. C. (2011). <http://www.utexas.edu>. Obtido em 10 de Novembro de 2011, de <http://www.utexas.edu/ssw/dl/files/cswr/institutes/idvsa/publications/DV-Prevalence.pdf>
- Benetti, S. P. (2006). Conflito Conjugal: Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 19* (2), 261-268.
- Bensley, L., Eenwyk, J. V., & Simmons, K. W. (2003). Childhood Family Violence History and Women's Risk for Intimate Partner Violence and Poor Health. *American Journal of Preventive Medicine, 25*(1), 38-44.
- Berman, P. S. (1993). Impact of abusive marital relationships on children. In M. Hansen, & M. Harway (Edits.), *Battering and family therapy: A feminist perspective* (pp. 134-146). Thousand Oaks: Sage.
- Blasco-Ros, C., Sánchez-Lorente, S., & Martínez, M. (2010). Recovery from depressive symptoms, state anxiety and post-traumatic stress disorder in women exposed to physical and psychological, but not to psychological intimate partner but not to psychological intimate partner violence alone: A longitudinal study. *BMC Psychiatry, 10*:98. Obtido de <http://www.biomedcentral.com/1471-244X/10/98>

- Bowlby, J. (1980). *Attachment and Loss*. New York: Basic Books.
- Bucher-Maluschke, J. S. (2004). Vínculo, afetividade e violência: Desafios para a família e a sociedade. In J. S. Bucher-Maluschke, G. Maluschke, & K. Hermanns, *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática* (pp. 157-170). Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer.
- Burke, J. G., Gielen, A. C., McDonnell, K. A., O'Campo, P., & Maman, S. (2001). The process of ending abuse in intimate relationships. *Violence Against Women*, 7(10), 1144-1163.
- Burstow, B. (1992). *Radical feminist therapy: Working in the context of violence*. London: Sage.
- Carvalho-Barreto, A., Bucher-Maluschke, J. S., Almeida, P. C., & Souza, E. d. (2009). Desenvolvimento Humano e Violência de Gênero: Uma Integração Bioecológica. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 86-92.
- Castellano, I., García, M. J., Lago, M. J., & Ramírez, L. (1999). La violencia en parejas universitarias. *Boletín Criminológico*, 42, 1-4.
- CDC. (2011). <http://www.cdc.gov/ViolencePrevention/intimatepartnerviolence/definitions.html>. Obtido em 11 de setembro de 2011
- Costa, V., & Sani, A. (2007). *Sintomatologia de pós-stress traumático em menores expostos a violência interparental*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Porto, Portugal.
- Coutinho, M. J., & Sani, A. I. (2008). Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição à violência interparental. *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde. Porto*, 5, 284-293. Obtido de <http://bdigital.ufp.pt/handle/10284/970>
- DAIP. (2011). Obtido em 2 de Novembro de 2011, de <http://www.theduluthmodel.org/training/wheels.html>
- Davies, P. T., & Cummings, E. M. (1994). Marital conflict and child adjustment: An emotional security hypothesis. *Psychological Bulletin*, 116(3), 387-411.
- DeKeseredy, W. S. (2000). Current controversies on defining nonlethal violence against women in intimate heterosexual relationships. *Violence Against Women*, 6(7), 728-746.

- Diniz, G. R., & Pondaag, M. C. (2006). A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. In A. Almeida, M. F. Santos, G. R. Diniz, & Z. A. Trindade, *Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: Estudos em Representações Sociais* (pp. 233-259). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Dobash, R. E. (1980). *Violence against wives: A case against the patriarchy*. London: Open Books.
- Dobash, R. E., & Dobash, R. P. (1998). Violent men and violent contexts. In R. E. Bobash, & R. P. Dobash, *Rethinking violence against women* (pp. 141-168). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dohmen, M. L. (1997). Abordage interdisciplinaria del síndrome de la mujer maltratada. Proceso secuencial. In J. (. Corsi, *Una mirada interdisciplinar sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós.
- Dutton, D. G. (2000). Witnessing parental violence as traumatic experience shaping the abusive personality. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe, & M. Sudermann (Edits.), *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development* (pp. 59-67). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Dutton, D. G., & Painter, S. (1981). Traumatic bonding: the development of emotional attachments in battered women and other relationships of intermittent abuse. *Victimology*, 6, 139-155.
- Dutton, M. A. (1992). *Empowering and healing the battered women: A model of assessment and intervention*. New York: Springer .
- Ehrensaft, M. K. (2007). Intergenerational transfer of intimate partner violence. In N. A. Jackson (Ed.), *Encyclopedia of Domestic Violence* (p. 390). New York - London: Routledge Taylor & Francis Group.
- Fehringer, J., & Hindin, M. (2009). Like parent, like child: intergenerational transmission of partner violence in Cebu, the Philippines. *Journal of Adolescent Health*, 44, 363-371.
- Fergusson, D., Boden, J., & Horwood, L. (2006). Examining the intergenerational transmission of violence in a New Zealand birth cohort. *Child Abuse and Neglect*, 30, 89-108.
- Follingstad, D. R., & Dehart, D. D. (2000). Defining psychological abuse of husbands toward wives. *Journal of Interpersonal Violence*, 15(9), 891-920.

- Follingstad, D. R., Rutledge, L. L., Berg, B., Hause, E. S., & Polek, D. S. (1990). The role of emotional abuse in physically abusive relationships. *Journal of Family Violence*, 5(2), 107-120.
- Freud, S. (1910/1980). Um tipo de escolha de objecto feita pelos homens. (contribuições à psicologia do amor I). In S. Freud, *Cinco lições de Psicanálise, Leonardo Da Vinci e outros trabalhos* (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud ed., Vol. XI, pp. 114-157). Rio de Janeiro: Imago.
- Fritz, P. A., Slep, A. M., & O'Leary, K. D. (27 de February de 2012). Couple-Level Analysis of the Relation Between Family-of-Origin Aggression and Intimate Partner Violence. *Psychology of Violence*(Advance online publication. doi: 10.1037/a0027370).
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate Violence in Families*. London: Sage Publications.
- Gelles, R. J., & Straus, M. A. (1988). *Intimate violence: the causes and consequences of abuse in the American family*. New York: Touchstone.
- Giles-Sims, J. (1998). The aftermath of partner violence. In J. L. Jasinski, & L. M. Williams (Edits.), *Partner violence. A comprehensive review of 20 years of research* (pp. 44-72). California: Sage.
- Groves, B., & Zuckerman, B. (1997). Interventions with parents and caregivers of children who exposed to violence. In J. Osofsky (Ed.), *Children in a Violent Society* (pp. 183-201). New York: The Guilford Press.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological Bulletin*, 108(2), 267-290.
- Harris, S. M., & Dersch, C. A. (2001). "I'm just not like that": Investigating the intergenerational cycle of violence. *The Family Journal: Counselling and Therapy for Couples and Families*, 9(3), 250-258.
- Henning, K. R., & Klesges, L. M. (2003). Impact of intimate partner violence on unmet need for mental health care. *American Journal of Public Health*, 93, 1089-1097.
- Hernández, R. P., & Gras, R. M. (junio de 2005). Víctimas de violencia familiar: Consecuencias psicológicas en hijos de mujeres maltratadas. *anales de psicología*, 21(1), 11-17.
- Hirigoyen, M. -F. (2006). *A violência no casal: Da coação psicológica à agressão física*. (M. H. Kuhner, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Hirigoyen, M. -F. (7 de 6 de 2007). « Casseés à la intèrieur » : Pourquoi elles subissent. (C. Fleury, Entrevistador) *Nouvele Observateur*.
- Holtzworth-Munroe, A., Smutzler, N., & Sandin, E. (1997). A brief review of the research on husband violence. Part II: The psychological effects of husband violence on battered women and their children. *Journal of Interpersonal Violence*, 2(2), 179-213.
- Johnson, M. P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 283-295.
- Journal of Social Work. (2010). *Children exposed to domestic violence: Conclusions from the literature and challenges ahead*. Obtido em 10 de Novembro de 2011, de [www.sagepublications.com: http://jsw.sagepub.com/content/10/1/80.full.pdf+html](http://jsw.sagepub.com/content/10/1/80.full.pdf+html)
- Kalmuss, D. (1984). The intergenerational transmission of marital aggression. *Journal of Marriage and the Family*, 46, 11-19.
- Kinsfogel, K. M., & Grych, J. H. (2004). Interparental Conflict and Adolescent Dating Relationships: Integrating Cognitive, Emotional, and Peer Influences. *Journal of Family Psychology*, 18(3), 505-515.
- Kubeka, A. (2008). Exposure to violence at home: a qualitative exploration of experiences and perceptions of black adolescents in South Africa. *South Africa Review of Sociology*, 39(2), 282-300.
- Kurz, D. (1993). Physical assaults by husbands: A major social problem. In R. J. Gelles, & D. R. Loseke, *Current controversies on family violence* (pp. 88-103). Newbury Park, CA: Sage.
- Lawson, D. (2001). The development of abusive personality: a trauma response. *Journal of Counselling & Development*, 79, 505-509.
- Levendosky, A., Huth-Bocks, A., Shapiro, D., & Semel, M. (2003). The impact of domestic violence on the maternal-child relationship and preschool-age children's functioning. *Journal of Family Violence*, 17(3), 275-287.
- Lewis, & Fremouw. (2000). Dating violence: a critical review of the literature. *Clinical Psychological Review*, 21(1), 105-127.
- Loring, M. T. (1994). *Emotional Abuse*. New York: Lexington Books.
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2003). *Violência e Vítimas de Crimes*. Coimbra: Quarteto.

- Marcus, N. E., Lindahl, M. K., & Malik, N. M. (2001). Interparental Conflict, Children's Social Cognition, and Child Aggression: A Test of a Mediational Model. *Journal of Family Psychology, 15*(2), 315-333.
- Marin, A. J., & Russo, N. F. (1999). Feminist perspectives on male violence against women. In M. Harway, & J. M. O'Neil (Edits.), *What causes men's violence against women?* . Sage Publications.
- Martin, A., Berenson, K., Griffing, S., Sage, R., Madry, L., Bingham, L., & Primm, B. (2000). The process of leaving an abusive relationship: The role of risk assessments and decision-certainty. *Journal of Family Violence, 15*(2), 109-122.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In R. Abrunhosa Gonçalves, & C. Machado, *Violência e vítimas de crimes* (Vols. 1 - Adultos, pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M., & Machado, C. (1999). Violência conjugal e o modelo de intervenção em crise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática, 2*, 373-388.
- McCloskey, L. A., & Licheter, E. L. (2003). The contribution of marital violence to adolescent aggression across different relationships. *Journal of Interpersonal Violence, 4*, 390-412.
- Nafs, A. E., Usaola, C. P., Gironés, M. L., & Redo, L. A. (Julho/Setembro de 2005). La Persuasión Coercitiva. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatria, XXV*(95), 85-117.
- Peixoto, F. (2003). *Auto-estima, Auto-conceito e dinâmicas relacionais em contexto escolar: estudo das relações entre auto-estima, auto-conceito, rendimento académico e dinâmicas relacionais com a família e com os pares em alunos do 7º, 9º e 11º anos de escolaridade*. Braga: Universidade do Minho.
- Puente, S., & Cohen, D. (2003). Jealousy and the meaning (or nonmeaning) of violence. *Personality and Social Psychology Bulletin, 44*(9), 449-460.
- Ravazzola, M. C. (1997). *Historias Infames. Los Maltratos en las Relaciones*. Argentina: Paidós.
- Renner, L., & Slack, K. S. (2004). Inimate partner violence and child maltreatment: Understanding intra and intergeneration connections. *Child Abuse & Neglect, 30*, 599-617.
- Sackett, L. A., & Saunders, D. G. (1999). The impact of different forms of psychological abuse on battered women. *Violence and Victims, 14*, 105-117.

- Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social*, vol. XLI(180), pp. 849-864.
- Sani, A. I., & Cunha, D. M. (Out-Dez de 2011). Práticas Educativas Parentais em Mulheres Vítimas e Não Vítimas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), 429-437.
- Seligman, M. (1975). *Helplessness. On depression, development and death*. San Francisco: Freeman.
- Silva, L. F. (1995). *Entre Marido e Mulher Alguém Meta a Colher*. Celorico de Basto: À Bolina Editores.
- Silva, L. L., Coelho, E. B., & Caponi, S. N. (Jan. / Abr. de 2007). Violência Silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 11(21).
- SMS, S. M. (2010). *Actuación en salud mental com mujeres maltratadas por su pareja*. (S. M. Salud, Ed.) Murcia.
- Straus, M. A. (1980). Wife Beating: How Common and Why? In M. A. Hotaling (Ed.), *The Social Causes of Husband–Wife Violence* (pp. 23–38). Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Straus, M. A. (1993). Physical assaults by wives: A major social problem. In R. J. Gelles, & D. R. Loseke, *Current controversies on family violence* (pp. 67-87). Newbury Park, CA: Sage.
- Strube, M. (1988). The decision to leave an abusive relationship: empirical evidence and theoretical issues. *Psychological Bulletin*, 104(2), 236-325.
- Violence, T. C. (27 de June de 2001). Obtido em 10 de Outubro de 2011, de <http://health.state.tn.us/ems/PDF/g4011361.pdf>
- Walker, L. E. (1979). *The battered woman*. New York: Harper Colophon.
- Walker, L. E. (1984). *The battered woman syndrome*. New York: Springer Publishing Company.
- Walker, L. E. (1999). Psychology and domestic violence around the world. *American Psychologist*, 54(1), 21.
- WHO. (Setembro de 2011). *World Health Organization*. Obtido em 26 de Novembro de 2011, de World Health Organization web site: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/index.html>

- Widom, C. S. (1989). *The intergenerational transmission of violence*. New York, NY: Guggenheim Foundation.
- Yllo, K. (1993). Through a feminist lens: Gender, power, and violence. In R. Gelles, & D. L. Loseke, *Current controversies on family violence* (pp. 47-62). Newbury Park, CA: Sage.
- Zlotnick, C., Johnson, D., & Konh, R. (2006). Intimate partner violence and long-term psychosocial functioning in a national sample of American women. *Journal Interpersonnel Violence*, 21(2), 262-275.
- Zulueta, F. (1996). Theories of aggression and violence. In C. Cordess, & M. Cox (Edits.), *Forensic psychotherapy. Crime psychodynamic's and the offender patient* (Vol. 1). London: Jessica Kingsley Publishers.

ARTIGO EMPÍRICO

Estudo de caso de uma mulher sujeita a violência conjugal psicológica, com crenças de amor romântico e uma história de violência interparental.

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para o estudo e compreensão dos fatores que facilitam a permanência de mulheres, numa relação conjugal violenta por não reconhecerem a sua situação de vítimas. Na análise do estudo de caso de uma mulher portuguesa de 29 anos, sem filhos, independente economicamente, vítima de violência psicológica, observou-se que a mesma não reconhecia a situação de abuso a que estava exposta e apresentava como fatores de vulnerabilidade, uma história de exposição à violência interpaparental e crenças de amor romântico. De acordo com a literatura existente sobre o tema, conclui-se que estes fatores contribuíram para a permanência da mulher, no caso em estudo, numa relação de violência conjugal sem consciência da situação de vítima. Para a mesma situação, ainda de acordo com a literatura, terão também contribuído o facto da violência psicológica não ter evoluído para a violência física e a degradação da saúde provocada pela própria situação de abuso.

Palavras-chave: Violência conjugal, violência interpaparental, ciúme.

Abstract

This work aims to contribute to the study and understanding of the factors that facilitate the persistence of the woman as victim in a violent marital relationship because they do not recognize their situation of victims. In analyzing the case study of a Portuguese woman of 29 years, without children, economically independent, victim of psychological violence, it was observed that she did not recognize the position of abuse to which was exposed and presented as vulnerability factors, a history of exposure to interparental violence and beliefs of romantic love. According to the literature on the subject, it is concluded that these factors contributed to the permanence of this woman, in a relationship of domestic violence without awareness of the plight of the victim. For the same situation, still according to the literature, have also contributed to the violence that has not evolved to psychological violence and physical health deterioration caused by the very situation of abuse.

Keywords: Intimate partner violence, interparental violence, jealousy.

Introdução

Muitas mulheres vítimas de violência conjugal, podem não reconhecer desde logo a situação de abuso a que estão expostas (Burke, Gielen, McDonnell, O'Campo, & Maman, 2001), e outras tendem a minimizar o risco das agressões a que estão sujeitas, comprometendo deste modo, uma avaliação correta desse mesmo risco (Martin et al., 2000), facilitando a sua permanência numa relação abusiva.

A investigação na área da violência conjugal tem tentado identificar, de forma exaustiva, as razões que explicam a permanência na relação abusiva de mulheres vítimas de violência conjugal. Contudo, constatámos que nesta abordagem existe uma lacuna que consiste no reduzido número de estudos que contemplam mulheres que não têm consciência da sua vitimização, sendo esta vertente o objeto da presente investigação.

Entre os fatores que podem contribuir para que uma mulher vítima de violência conjugal, não interprete a situação de abuso a que é submetida enquanto tal, incluem-se o ser-se vítima de violência psicológica sem que ocorra violência física e/ou sexual (Blasco-Ros, Sánchez-Lorente e Martinez, 2010), ter-se estado exposta a violência interparental sendo o pai agressor e a mãe vítima (Bensley, Eenwyk e Simmons, 2003) e ter crenças de amor romântico (Henton et al., 1983 cit. Gelles, 1997; Puente & Cohen, 2003).

A violência psicológica é mais difícil de identificar que a violência física porque não deixa marcas visíveis e porque se lhe atribui menos importância a nível pessoal e social devido a considerar-se de menor repercussão na saúde da vítima (Castellano, Garcia, Lago, & Ramirez, 1999). As vítimas de violência conjugal tendem a recordar com precisão o primeiro episódio de agressão física, mas não o início da agressão psicológica, já que o seu início é mais subtil e impercetível (Amor & Bohórquez, 2011). A violência psicológica é o tipo de agressão mais frequente (Asensi, 2008 cit. SMS, 2010) com impacto psicológico igual ou maior que o provocado pelas agressões físicas (Gelles, 1997, cit. Matos, 2002; Henning & Klesges, 2003; Sackett & Saunders, 1999) e tende a preceder, e a acompanhar a agressão física (Gelles & Straus, 1988; Hirigoyen, 2006; Okun 1986, cit. DeKeseredy, 2000; Walker, 1984), havendo no entanto casos em que o agressor nunca chega a dar o passo para a agressão física, continuando a exercer violência psicológica durante vários anos (Loring, 1994).

A exposição à violência interparental torna os indivíduos mais propensos a reproduzir ou a tolerar agressões nos seus relacionamentos íntimos, do que os indivíduos não expostos (Bensley, Eenwyk, & Simmons, 2003; Fritz, Slep, & O'Leary, 2012; Heyman & Slep, 2002).

cit. Sani, 2006; Strauss, Gelles, Steinmetz, 1981, cit. Dutton, 2000). Relativamente às mulheres vítimas de violência pelo parceiro, verifica-se que estas apresentam níveis elevados de história de exposição a violência interpaparental, (Bensley, Eenwyk & Simmons; 2003; Fritz, Slep, & O'Leary, 2012; Kantor & Straus, 1987, cit. Giles-Sims, 1998; Renner & Slack, 2004), sendo esta correlação ainda mais elevada, quando o agressor era o pai e a vítima a mãe (Fritz, Slep, & O'Leary, 2012). Segundo Frawley (2008, cit. Fritz, Slep, & O'Leary, 2012) os indivíduos tendem a reproduzir os comportamentos observados pela figura paparental consistente com o seu género.

Alguns estudos referem que as mulheres que presenciaram em criança, a sua mãe sofrer violência conjugal, procuram no futuro, parceiros violentos e tendem a tornar-se impotentes perante a violência (Renner & Slack, 2004). Segundo Bensley, Eenwyk e Simmons (2003) estas mulheres tendem a considerar a violência como uma componente normal das relações íntimas, e acrescentam que se na infância foram convencidas pelo agressor que a sua mãe era responsável pela violência, poderão apresentar maior disponibilidade para se autculpabilizarem quando em adultas, sofrerem agressões pelo parceiro.

Ravazzola (1997) afirma que perante a situação de violência entre os pais, a criança sente-se confusa, porque tem de gerir o facto de amar o agressor (pai) e a vítima (mãe), pelo que tende a procurar justificações para não incriminar o agressor, minimizando e desculpabilizando os atos violentos. Segundo a Teoria da Aprendizagem Social, crianças repetidamente expostas a formas ineficazes de resolução de conflitos por parte dos seus pais, têm a oportunidade de observar, adquirir e gerar, também, métodos ineficazes de resolver os seus próprios conflitos interpessoais (Bandura, 1987, cit. Marcus, Lindahl, & Malik, 2001). Neste sentido, crianças expostas a violência interpaparental podem interiorizar que os conflitos violentos são inevitáveis e normais nos relacionamentos íntimos, entendendo-os como cultural e socialmente aceites (Amar, Kotliarenko & Llanos, 2003; Marin & Russo, 1999), e tendem, com o decorrer do tempo, a subestimar a severidade das ocorrências que testemunham (Harris & Dersch, 2001). A criança exposta a violência interpaparental, também pode criar vulnerabilidades como baixa autoestima, sentido de impotência, estilos de vinculação insegura ou ainda sintomas de stress pós-traumático que podem diminuir o seu bem estar-estar emocional na idade adulta, diretamente ou através de dificuldade em

autoproteção e desenvolvimento de relacionamentos positivos (Bensley, Eenwyk, & Simmons, 2003).

As crenças de amor romântico também podem contribuir para que a mulher negligencie as agressões infligidas pelo companheiro. Neste sentido, Gelles e Straus (1988) alertam que apesar da ideia socialmente difundida de que amor e violência são incompatíveis, é precisamente na relação amorosa, que ambos se manifestam e repetem, independentemente da etnia e condição social. Num estudo latino, Puente e Cohen (2003), evidenciam que a violência exercida pelo homem agressor descrito como ciumento, é mais tolerada, e os abusadores ciumentos são considerados mais românticos no amor com a parceira do que os abusadores não ciumentos. Os mesmos autores reforçam, ainda, que neste tipo de relações em que ocorrem sentimentos de ciúme exacerbados, a mulher tende, a interpretar os atos violentos como provas de amor. Devido a esta interpretação da violência como uma evidência de amor, as vítimas tendem a não perceberem as formas de interação violentas, como abusivas, não se conscientizando de que estão a ser vítimas de agressões por parte do seu parceiro (Puente & Cohen, 2003).

A própria dinâmica da relação conjugal violenta é um processo complexo que vai afetando a saúde mental da mulher, ao longo do tempo, dificultando cada vez mais a sua saída da relação (CDC, 2011; Violence, 2001). As agressões vão afetando a saúde mental da mulher através da diminuição da sua autoestima, do isolamento social e da percepção de impotência face às situações com que vai sendo confrontada (Gelles & Straus, 1988; Silva, 1995). A intermitência de comportamentos de doçura e brutalidade exibidos pelo agressor geram confusão mental na vítima e contribuem para que esta desvalorize as agressões, porque tende a sobrevalorizar a “parte boa do relacionamento”, desejando que outros momentos bons possam ocorrer (Gelles & Straus, 1988; Hirigoyen, 2006; Walker, 1979). A cessação da violência, ou o abuso encoberto justaposto com comportamentos mais positivos, aumentam a incerteza da vítima, levando-a a questionar a veracidade das suas percepções (Follingstad & Dehart, 2000). Ao longo deste processo a mulher vai interiorizando as opiniões do parceiro agressor sobre si, diminuindo, ainda mais, sua autoestima, e absorvendo os desejos e vontades do parceiro, anulando os seus (Silva, Coelho, & Caponi, 2007).

A posição da mulher face à violência que sobre si é exercida, dever-se-á em última instância à interpretação que faz de acontecimentos violentos, a qual depende da forma como

perceciona o mundo e a vida, e envolve fatores como a sua experiência, cultura e sociedade (Zulueta, 1996).

A presente investigação, através da análise de um estudo de caso, de uma mulher vítima de violência conjugal, com 29 anos, portuguesa, caucasiana, sem convicções religiosas, de educação superior, sem filhos e independente financeiramente, procura identificar e compreender quais os fatores que contribuíram para que aquela não tivesse consciência da situação de abuso a que estava exposta.

Desenvolvimento

Estudo de caso: Maria

Contextualização da Intervenção

A Maria, de 29 anos, grávida de 5 meses, do primeiro filho, procurou apoio na “Ajuda de Mãe” (Instituição de apoio a grávidas e mães), devido a dificuldades económicas. Após a primeira avaliação da situação, no atendimento social, foi encaminhada para a consulta de psicologia, por apresentar níveis de ansiedade e sentimentos de culpa elevados devido a encontrar-se grávida em situação de alto risco, resultante de uma tentativa falhada de IVG e por apresentar também, sinais de tristeza devido a encontrar-se recentemente separada do seu companheiro.

Maria iniciou acompanhamento psicológico com periodicidade semanal.

Ao longo das sessões de psicologia, Maria foi revelando aspetos do seu relacionamento com o pai do bebé, típicos de um relacionamento conjugal violento, que lhe estariam a provocar sofrimento, e do qual não tinha consciência, passando então a ser este, o principal foco de intervenção.

Dados Gerais

Maria tem 29 anos, é de raça caucasiana, portuguesa, sem convicções religiosas, solteira, sem filhos e grávida do primeiro filho. Iniciou um relacionamento com o pai do seu bebé (André) há cerca de 2 anos, e atualmente separados, mantêm um relacionamento instável e conflituoso. Maria vive agora sozinha na casa que alugaram após 1 ano de namoro, e da qual André saiu ao fim de 3 meses, de vida em conjunto, ainda antes de Maria saber que estava grávida. Maria é independente financeiramente, desde os 19 anos. Encontra-se estável

a nível profissional trabalhando há cerca de 7 anos numa cadeia internacional de lojas de roupa. Possui carro próprio.

Tem um projeto de vida organizado e está a reunir condições para integrar o bebé nele, nomeadamente, procura de alternativas para reduzir despesas mensais, troca de casa, procura de equipamento de infância, frequência de curso pós-parto e cuidados ao bebé, entre outros.

Há cerca de 2 anos concorreu ao ensino superior e está atualmente a frequentar o 2º ano da licenciatura de Filosofia, numa faculdade do Estado. Maria é filha única, os seus pais separaram-se quando tinha 17 anos, e ficou a viver com mãe com a qual mantém atualmente um relacionamento e não tem relação com o seu pai, desde aquela separação. A sua rede de apoio é constituída essencialmente por um grupo de 4 amigas com quem fala diariamente, uma tia (irmã da mãe), e a mãe.

Maria tem uma vida social preenchida. Costuma sair com os amigos frequentemente, para jantar, ir ao cinema, ir à praia, viajar pelo país. Fala diariamente com o grupo de 4 amigas que integra a sua rede de suporte, um outro grupo de amigas no trabalho e outro grupo de amigos do ginásio. Frequenta o ginásio, diariamente, há cerca de 6 anos.

Apresenta um comportamento e postura adequados, uma aparência cuidada e vistosa.

Aspetos da História de Vida

Maria nasceu em Lisboa e viveu nos arredores, com os pais até aos 17 anos. Refere ter tido uma infância normal, era boa aluna, bem comportada, gostava muito da escola e dos amigos. Ao nível das relações familiares, convivia com os pais, com os tios da parte da mãe e com os primos. Relativamente ao ambiente familiar, Maria afirma que “era tudo normal, como nas outras casas (...) “os meus pais de vez em quando chateavam-se, discutiam e faziam cenas de ciúmes mas depois ficava tudo bem”. Mas a descrição que faz da relação dos pais é do tipo violento e de amor romântico: “os meus pais ora discutiam e andavam à pancada, ora andavam agarradinhos aos beijinhos”. Segundo Maria o seu pai descontrolava-se e agredia a mãe verbalmente e fisicamente, porque tinha muitos ciúmes. E fantasia que a sua mãe devia fazer algo para lhe provocar esses ciúmes. Maria não tem a certeza, mas acha que a mãe deve ter traído o seu pai. No entanto, acha que os seus pais deviam gostar muito um do outro. Afirma que o seu pai “ tinha de gostar muito dela, para ficar assim com tantos ciúmes” e que a mãe “também devia gostar muito dele, senão não tinha ficado tanto tempo com ele”.

Maria conta que num dia à noite, a discussão foi tão grande que a sua mãe lhe disse para pegar nas suas coisas, rapidamente, porque iriam sair de casa naquele mesmo momento.

Foram para casa de uma tia (irmã da mãe), a cerca de 80 km da sua casa, e ficaram lá a viver algum tempo. Maria estava a frequentar o 12º ano e teve de mudar de escola, a meio do ano letivo, devido à distância. Maria refere ter ficado transtornada, afirmando que “naquele momento queria ir para a faculdade e de repente todos os meus sonhos se desmoronaram”.

Maria deixou de ter contacto com o pai, desde esse momento, e refere que ele nunca a procurou. No entanto, sabe que ele ainda vive na mesma casa e vai tendo informações sobre ele, através de um tio.

Segundo Maria, pouco tempo depois da separação, a sua mãe foi viver com o “amante”, seu atual companheiro, não a tendo levado com ela. Maria permaneceu a viver na casa dos tios. Revela nunca ter tido um bom relacionamento com o companheiro da mãe, e afirma não gostar dele porque este mantém um relacionamento com a sua mãe, há já alguns anos, continuando casado com outra mulher.

Devido ao facto de Maria não gostar de viver na casa dos tios, devido a serem muitos, e por não ter a sua privacidade, decidiu começar a trabalhar logo que concluiu o ensino secundário, de modo a adquirir a sua independência. Aos 19 anos alugou um quarto, e foi viver sozinha mantendo uma boa relação com os tios e primos. Atualmente, Maria vive perto da casa da tia e mantém uma relação muito próxima aparentando ter maior proximidade e intimidade com esta tia, do que com a mãe com a qual apenas fala de vez em quando, e discutem muito, porque a mãe “está a sempre a criticar tudo o que faz”. Maria acha que a mãe também tem ciúmes da sua relação com a tia.

Relativamente ao episódio da briga dos pais e da saída de casa, Maria revela poucos detalhes, e refere que “nunca quis pensar muito sobre esse assunto”. Considera que a mãe foi a culpada da separação, porque acha que tinha um amante, “o meu pai achava que a minha mãe tinha amantes, e como gostava muito dela fazia-lhe cenas de ciúmes (...) acho que ele tinha razão para suspeitar dela, porque após a separação descobri que a minha mãe tinha alguém, e até foi viver com ele”. Atualmente a mãe de Maria ainda vive com este mesmo sujeito, e o pai não voltou a viver com mais ninguém.

Quando questionada, Maria não sabe quando é que a mãe iniciou o relacionamento com o seu atual companheiro, mas fantasia que eles já andariam juntos há muito tempo, julgando ser esse o motivo das brigas entre os pais. Maria não revela ter sido, alguma vez, agredida fisicamente ou maltratada pelos pais, e não refere nenhum episódio em que algum dos progenitores tenha ficado ferido fisicamente, de modo a necessitar de algum cuidado. De

acordo com os seus relatos, os conflitos envolviam apenas os pais. Estes sempre se relacionaram de modo conflituoso, agredindo-se verbalmente constantemente, e fisicamente algumas vezes, sendo sempre o pai a iniciar as agressões. A mãe respondia e envolvia-se também fisicamente, em resposta às agressões do pai. Após os conflitos, os pais “pareciam adolescentes apaixonados, sempre aos beijos e abraços”.

Relativamente à sua adolescência, Maria considera ter sido normal e afirma que foi sempre uma “menina certinha, sem nunca ter dado problemas”. No que respeita a relacionamentos íntimos, refere ter tido alguns namorados problemáticos, enfatizando que tem tendência para se envolver com os “maus”, e não tem “sorte nenhuma com os homens”. Teve um namorado, anterior a André, seu namorado atual, que traficava e consumia droga e refere ter sofrido muito com ele. Relativamente a André, diz ser muito diferente de todos os outros com quem namorou, pois “é muito caseiro, não gosta muito de confusões, dá-se com pouca gente e não é tão musculado”. Maria considera André um sujeito normal e “certinho”.

Maria conheceu André há cerca de 2 anos numa festa de amigos e após 1 ano de namoro, decidiram ir viver juntos, tendo alugado um apartamento, perto da casa da tia de Maria. Passados 3 meses, André saiu repentinamente de casa, acabando o namoro mas continuando em seguida a contactá-la através, do telemóvel, email, facebook e aparecer em sua casa sem avisar. Por vezes, André pede-lhe para se reconciliarem, e noutras pede-lhe que se afaste da sua vida. Por vezes faz-lhe declarações de amor e noutras insulta-a, dizendo-lhe que estragou a sua vida. Maria também costuma ligar-lhe quando se sente mais sozinha. André por vezes, dá-lhe apoio, noutras, não atende as suas chamadas e noutras responde-lhe que não quer estar com ela. Com esta intermitência de atitudes, Maria afirma sentir-se confusa expressando “não sei o que ele quer de mim, ele não se decide”.

Após a separação, Maria descobriu que estava grávida. A gravidez não foi planeada. Maria não informou André por sentir-se abandonada e não desejar ter um filho naquela condição, tendo decidido interromper a gravidez embora desejasse muito ter filhos. Realizou uma Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) no hospital, mas sem sucesso, tendo conhecimento, depois, na consulta de vigilância, que continuava grávida e em situação de alto risco devido à possibilidade de poderem ocorrer malformações no feto. Maria aceitou bem a gravidez e informou André que se mostrou zangado e enganado, ao início, mas depois aceitou, embora não esteja a participar na gravidez e questionando frequentemente a sua paternidade. Até ao momento, a gravidez tem decorrido normalmente. No entanto, só após o

nascimento é que se poderá confirmar se a saúde do bebé não foi afetada. Devido a esta situação Maria sente-se ambivalente. Sente-se feliz, ao mesmo tempo que apresenta sentimentos de culpa por ter posto a vida e a saúde do bebé em risco e níveis elevados de ansiedade devido a ter de esperar pelo nascimento, para confirmar se a bebé vai nascer saudável, e arrependimento pela tentativa de IVG. Maria também se sente triste e sozinha por André ter saído de casa e não entende o que ele quer dela afirmando “tão depressa me diz que me ama, como depois me diz que me odeia”. Expressa estar a sofrer porque gosta muito de André e afirma que ele é o “homem da sua vida”, e deseja “que ele volte a ser como era no início”.

Relação de Maria com André

De acordo com Maria, a relação era muito boa na fase de namoro, mas tornou-se complicada após terem começado a viver juntos referindo que André se tornou muito ciumento e desconfiado, questionando-a constantemente sobre onde e com quem tinha estado e o que tinha feito, querendo ver, constantemente o registo de todas as chamadas e mensagens do seu telemóvel. Maria refere que “a fim de evitar chatices” passou a colocar o seu telemóvel na mesa-de-cabeceira de André, todas as noites, para que este verificasse o que quisesse, uma vez, que segundo diz “não tinha nada a esconder”. André também consultava frequentemente a sua página no facebook. Maria diz não entender porque André desconfia tanto dela, mas afirma que deve ter feito algo muito grave para ele reagir assim.

Maria conta que André era muito caseiro e não gostava que ela saísse, pelo que passou a ficar mais tempo em casa. Tinham gostos e formas de estar na vida opostos, mas pensava que esse motivo não atrapalharia a relação. André gostava de se levantar tarde e passar as folgas em casa a ver televisão, enquanto ela, gostava de se levantar cedo e passear. André tinha um grupo de amigos muito restrito, convivia pouco com eles e não gostava de estar com os amigos dela, pelo que esta começou a conviver menos com eles. André e Maria frequentavam o mesmo ginásio e André tinha ciúmes da relação que ela tinha com o treinador. Após algumas cenas de ciúmes, Maria decidiu frequentar outras aulas com outro treinador, para evitar conflitos.

Descrevem-se em seguida os episódios que melhor caracterizam o tipo de relação existente entre eles.

Ainda na fase em que viviam juntos, numa dada situação André injuriou-a e atirou o computador de Maria ao chão, partindo-o, porque ela tinha adicionado um ex-namorado no

seu facebook. Noutra situação, André partiu-lhe o telemóvel acusando-a de andar a traí-lo, porque ela chegou mais tarde a casa e não atendeu as suas chamadas. Maria justificou que tinha estado a fazer um trabalho na faculdade e tinha ficado sem bateria, mas André não acreditou. Ainda noutra situação atirou a televisão do quarto contra a parede porque Maria tencionava sair com os seus amigos num dia à noite sem que ele o desejasse. Ao ver Maria vistosamente vestida acusou-a de estar a preparar-se para sair com um dos seus amantes. Maria acabou por não sair para evitar o agravamento do episódio. Após a separação, aos 4 meses de gravidez André começou a exigir insistentemente de Maria, a devolução do valor da caução que ele tinha pago aquando do contrato de arrendamento. Maria ficou indignada porque sempre foi ela que pagou todas as despesas enquanto viveram juntos assim como lhe pagou diversos bens pessoais. A fim de evitar conflitos Maria combinou devolver-lhe aquele valor, pedindo-lhe que aguardasse pelo final do mês até receber o respetivo ordenado. André não respeitou o seu pedido e ligava-lhe várias vezes por dia exigindo o pagamento imediato e injuriando-a. Não satisfeito telefonou à mãe de Maria contando-lhe a sua versão. Maria acabou por lhe pagar ainda antes de receber o ordenado e passados alguns dias André voltou a contactá-la dizendo-lhe que era a mulher da sua vida e que desejava reatar a relação. Relativamente a este episódio, Maria refere ter ficado magoada e perplexa, tentando encontrar justificações lógicas e atenuadoras para o comportamento de André.

Por volta dos 6 meses de gravidez, André irritou-se após tê-la visto a conversar com o seu treinador no café do ginásio, tendo agarrado e despejado um copo com água em cima da camisola de Maria, enquanto a ofendia verbalmente. Mas após o incidente, telefonou-lhe à noite, como se nada tivesse acontecido dizendo que a amava. Maria descreveu este episódio sem no entanto o valorizar, pois conforme afirma “ele passa a vida a fazer cenas dessas” e refere ter ficado contente, pois “só queria que tudo ficasse bem e que ele não pensasse que ela andava com alguém”.

Aos 8 meses de gravidez, André tocou inesperadamente numa manhã cedo à porta da casa de Maria, enquanto esta tomava o pequeno-almoço e prestes a sair para o ginásio. Maria relata que André entrou “danado e a discutir” porque ela tinha estado a falar novamente com um ex-namorado no facebook. Maria refere ter ficado indignada, respondendo-lhe que ele não tinha nada a ver com a sua vida, uma vez que estavam separados e que esse ex-namorado era só seu amigo. André revoltado, pegou numa faca grande que estava sobre a bancada e brandindo-a começou a injuriá-la, dizendo que estava farto dela e que ela “andava com

todos”. Maria revela ter ficado paralisada, atónita e com receio de que os vizinhos ouvissem a discussão. Refere que saiu de casa, a correr, conforme estava, sem mala e sem chaves. André veio atrás de si, já mais calmo, e acompanhou-a a casa da tia para ir buscar outra chave de casa. No dia seguinte, André voltou a contactar Maria pedindo-lhe que reatassem a relação. Maria classifica este episódio como “mais um dos muitos que ele já teve”, desvalorizando a situação “ele costuma ser assim às vezes, mas não passa disso. Ele às vezes tem uns ataques de fúria, mas não me metem medo!”. Sobre este episódio, Maria expressa “devo ter feito mesmo, algo muito grave para ele ter ficado assim (...) se ele não me quer, então porque faz estas cenas de ciúmes? Será que afinal gosta de mim?”. Apesar de todas as cenas de violência ocorridas Maria afirma que não considera André violento para consigo e que os seus ataques de fúria frequentes não lhe metem medo.

Maria questiona-se frequentemente, em contexto psicoterapêutico, o que terá feito de mal para que André tenha tantos ciúmes e que não sabe o que mais há-de fazer para que André confie em si. Na sua opinião, André deve gostar muito dela, devido às constantes cenas de ciúmes que lhe faz, expressando várias vezes “se ele tem tantos ciúmes, então deve gostar mesmo muito de mim”, “se ele não gosta de mim, então porque tem tantos ciúmes?”.

Discussão

O caso de Maria pretende ser um contributo para o estudo de uma das vertentes da violência conjugal menos estudadas, que consiste no caso das mulheres vitimizadas pelos companheiros, que não reconhecendo a sua situação de vítimas, não a denunciam, tornando por tal razão mais difícil o respetivo estudo. O interesse deste caso é ainda reforçado pelo facto de Maria reunir um conjunto de características, aparentemente preventivas da situação (sem convicções religiosas, sem filhos, independente financeiramente, estável profissionalmente, solteira, educação superior, existência de rede de suporte social).

Maria foi alvo de intervenção psicológica enquanto vítima de violência conjugal, apenas em resultado do aprofundamento da intervenção a que foi sujeita, uma vez que as razões do seu pedido de ajuda foram a sua situação de gravidez de alto risco, e a rotura conjugal, sem que a situação de vítima de violência conjugal fosse denunciada.

Maria não referiu ser alvo de agressões pelo companheiro e também não foram identificados sinais de ocorrência de violência conjugal. Estudos internacionais realizados nesta área, revelam que entre as mulheres que recorrem aos serviços de saúde, apenas 15% denunciam logo o abuso aos profissionais ou são questionadas acerca dele (e.g., Cataliso &

Musicados, 1997; Plichta, Aduncas, Pliocena, 1996 cit. Rodriguez, Bauer, McLoughlin & Grumbach, 1999). Uma explicação para estes dados pode ser a evidência de que existe um número elevado de mulheres vítimas de violência conjugal que não se reconhecem como tal (Burke, Gielen, McDonnell, O'Campo & Maman, 2001), situação em que incluímos Maria.

No rastreio psicológico efetuado, avaliaram-se níveis elevados de ansiedade e sentimentos de culpa que se atribuíram à situação de gravidez de risco, sintomas depressivos (choro frequente, postura abatida, sentimentos de solidão) atribuídos à recente separação do companheiro (André) e baixa autoestima atribuída à situação global apresentada. De acordo com a literatura estes sintomas também são comuns às vítimas de violência conjugal as quais evidenciam uma elevada prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e stress pós-traumático (Picó-Alfonso et al., 2006 cit. Blasco-Ros, Sánchez-Lorente, & Martinez, 2010) e apresentam baixa autoestima como característica comum (Walker, 1979; Hirigoyen, 2006). Assim sendo, os sintomas apresentados por Maria, também a podiam enquadrar num contexto de vítima de violência conjugal.

Maria iniciou acompanhamento psicológico, com periodicidade semanal, devido ao risco dos sintomas presentes poderem comprometer o desenvolvimento de uma gravidez saudável. Contudo, no decorrer das sessões verificou-se que a sua relação com André constituía o tema principal dos seus relatos, passando, após a quarta sessão, a sobrepor-se ao tema da gravidez de risco, evidenciando-se deste modo como um fator dominante na sua vida.

Os seus relatos evidenciavam características típicas de um relacionamento conjugal violento, no qual era vítima, sem se reconhecer como tal. O modo como a mulher vítima refere os episódios de agressão, revela se os considera como formas de violência ou não (Waldrop & Resick, 2004). Maria parecia não considerar as agressões de André como formas de violência, uma vez que as referia, sempre, como “cenas normais de ciúmes”, utilizando também, esta mesma expressão quando se referia às agressões (“batia-lhe”, “chamava-lhe nomes”, “descontrolava-se”) infligidas pelo seu pai à sua mãe. Em contexto psicoterapêutico Maria referia frequentemente sentir-se triste devido a não estar bem com André - “acho que não consigo viver sem ele (...) ele é o homem da minha vida”, e nunca expressava desagrado face ao facto de este poder ter sido violento para consigo. Também questionava constantemente o que poderia ter feito de mal para que André tivesse tantos ciúmes, atribuindo o problema a si e nunca a André. Na perspetiva de Maria, era ela quem fazia sofrer André, ao provocar-lhe ciúmes, colocando-o a ele numa posição de vítima – “devo ter-lhe

feito algo muito grave para ele reagir assim”. Segundo Hirigoyen (2006) “a culpa mascara a agressividade que a vítima não consegue sentir” (p.23). Deste modo, ao culpabilizar-se, Maria assume a responsabilidade dos comportamentos de André e nega que este esteja a provocar-lhe dano, não podendo como tal, considerar-se vítima dele. A experiência subjetiva e interpessoal das mulheres vítimas de violência conjugal é apontada em diversos estudos como um dos fatores que pode impedir a nomeação da sua experiência vivida como uma violência (Diniz & Pondaag, 2006).

Também podemos considerar que Maria se encontrava ainda nas fases iniciais do relacionamento e também do processo da violência conjugal (as agressões começaram com a vida em comum, cerca de 1 ano após terem namorado), que Burke e colaboradores (2001) denominam de fase de pré-contemplanção. Segundo estes autores, esta fase ocorre no estabelecimento da ligação afetiva, momento no qual, a mulher não reconhece ainda as agressões como um problema e/ou está ambivalente em relação à necessidade de mudança, uma vez, que duvida se existe de facto um problema. Nesta fase é habitual que a mulher desenvolva vários esforços para evitar os conflitos, cedendo por exemplo, às exigências do parceiro, numa tentativa de concretizar o seu desejo de que a relação se torne viável (Kearney, 2001), tal como verificamos em Maria. O seu desejo em manter a relação está bem expresso na forma como caracteriza André, idolatrando-o – “Ele é o homem da minha vida”; “é certinho (...) diferente de todos os outros”; “Não tenho sorte nenhuma com os homens (...) mas André é diferente (...) não é tão musculado (...) não gosta de confusões (...) é caseiro”, assim como os seus esforços para agradar a André, numa tentativa de manter a relação também são evidentes: permitia que André consultasse o seu email e facebook, sempre que este quisesse, facultando-lhe até as suas passwords; permitia que André consultasse todos os seus registos de contactos efetuados no telemóvel, colocando-o até para tal, todas as noites na respetiva mesa-de-cabeceira; deixou progressivamente de sair nos dias de folga, ficando mais tempo em casa conforme André exigia; passou a estar menos tempo com os seus amigos, porque André não gostava destes; mudou de treinador no ginásio porque André tinha ciúmes do anterior; perante o conflito, cedia frequentemente à vontade de André - como por exemplo, no episódio em que Maria se preparava para sair e André enfureceu-se atirando a televisão contra a parede; no episódio da caução, no qual, Maria devolve o dinheiro, mesmo sabendo que de um ponto de vista moral aquela exigência não tinha qualquer sentido.

A relação de Maria e André descreve um padrão cíclico/intermitente de comportamentos de doçura e violência – “ele fez uma cena de ciúmes (...) depois ficou todo amoroso”; “tão depressa me diz que sou a mulher da vida dele, como a seguir me diz que lhe estraguei a vida (..) que sou a pior mulher do mundo”), típicos de um relacionamento conjugal violento conforme é descrito por vários autores (eg. Hirigoyen, 2006; Walker, 1979). A ocorrência destes comportamentos amorosos (fase de lua-de-mel descrita no ciclo de violência de Walker (1979), contribuem para que a mulher desvalorize as agressões, porque se centra na “parte boa” do relacionamento que viveu anteriormente, desejando que outros momentos bons voltem a ocorrer (Hirigoyen, 2006), tal como Maria também deseja que André “volte a ser como era no início”. Após iniciarem a vida em comum, André tornou-se muito ciumento e desconfiado, usando a violência para intimidar e controlar Maria, verificando-se um aumento gradual de violência nos episódios ocorridos, tal como se verifica na generalidade das relações conjugais violentas, sendo consensual que a gravidade e a frequência da violência, neste tipo de relações, tendem a aumentar ao longo do tempo (Hamberger & Holtzworth-Munroe, 1994; Hirigoyen, 2006; Walker, 1979).

De acordo com as investigações, na violência conjugal, os homens, enquanto agressores, costumam exibir um conjunto de táticas para exercer poder e controlo sobre a mulher, entre as quais se incluem a intimidação, abuso emocional, isolamento e minimizar-negar-culpar (DAIP, 2011) que estão presentes neste caso. André questionava constantemente Maria sobre a sua atividade social tendo tido diversas reações violentas sempre que as suas desconfianças não eram satisfeitas, como por exemplo partir os objetos que se encontrassem à mão, vários telemóveis, a televisão, um computador e ainda ter chegado a ameaçá-la com uma faca em riste. Nas várias cenas de ciúmes no ginásio com o treinador inicial, chegou a injuriá-la publicamente, despejando-lhe em cima o copo de água que ela estava a beber. Estas ações de violência que consistiram essencialmente no controlo da vida social, na destruição de bens pessoais de Maria, cenas de ciúmes em público e ameaças de violência física incluem-se no quadro de violência conjugal psicológica, conforme a definição de Saltzman e colaboradores (2002, cit. CDC, 2011).

A violência psicológica é mais difícil de identificar que a violência física, porque não deixa marcas visíveis e porque se considera de menor repercussão na saúde (Castellano, Garcia, Lago & Ramirez, 1999), tal como verificamos neste caso. A expressão “ele costuma ser assim às vezes mas não passa disso”, utilizada por Maria relativamente ao comportamento

de André no episódio em que este empunha a faca, parece indicar que a agressão física constitui o limite a partir do qual, considerará o ato não aceitável. De acordo com alguns autores, a generalidade das mulheres vítimas de violência conjugal só se identificam como tal quando sentem que as agressões superaram os seus limites de violência aceitáveis (Ravazzola, 1997; Walker, 2009), pelo que, supomos, provavelmente Maria só se consideraria uma vítima de violência quando André consumasse fisicamente as agressões. A investigação também tem evidenciado que quando as mulheres são sujeitas a violência física, tomam mais facilmente consciência de que estão a ser vítimas (Blasco-Ros, Sánchez-Lorente, & Martinez, 2010).

Apesar de não deixar marcas visíveis, a violência psicológica causa sérias consequências na saúde da vítima (Follingstad, Rutledge, Berg, Hause & Polek, 1990). Maria manifestava, então, ansiedade, sintomas depressivos e baixa autoestima explicáveis através de:

- Grande dificuldade de compreensão do comportamento de André em resultado dos comportamentos intermitentes de doçura e agressividade (“não sei o que ele quer de mim, ele não se decide”, “tão depressa me diz que me ama, como depois me diz que me odeia”, “não entendo porque é que ele está sempre a desconfiar de mim“, “se ele não me quer, então porque faz estas cenas de ciúmes? Será que afinal gosta de mim?”). De acordo com Hirigoyen (2007) esta alternância de comportamentos de doçura e brutalidade exibidos pelo parceiro, levam progressivamente, a mulher, a duvidar de si própria e a perder todo o seu sentido crítico;

- Tendência a autculpabilizar-se (“devo ter feito algo muito grave para ele reagir assim”, “o que terei feito de mal para que ele tenha tantos ciúmes?”, “ não sei o que mais hei-de fazer para que ele confie em mim”). Segundo alguns autores, as agressões, deixam a mulher perplexa e provocam-lhe sentimentos de vergonha e humilhação que a levam a procurar em si mesma os motivos que a colocaram naquela situação, autculpabilizando-se (Gelles & Straus, 1988; Silva, 1995);

- Sentimentos de desvalorização em resultado das acusações de André (“ele diz que lhe estraguei a vida”, “que não presto, porque lhe faço mal”, “diz-me que sou a pior mulher do mundo”). De acordo com Silva, Coelho e Caponi (2007), a mulher vítima de violência conjugal, vai progressivamente, interiorizando as opiniões negativas do parceiro sobre si, reforçando ainda mais sua baixa autoestima. Este aspeto é relevante, porque a autoestima de Maria também estava a ser afetada pela sua situação de gravidez de risco, devido à qual se

sentia uma mulher diminuída, pela possibilidade de poder ter feito mal ao seu bebê, sendo ainda mais intensificada pelas opiniões negativas de André, acerca de si;

- Maria também foi progressivamente forçada a alterar o seu estilo de vida, para agradar a André (redução da sua vida social, passar menos tempo com os amigos e família, passar a ficar mais tempo em casa) o que conduziu inevitavelmente a um maior isolamento social. O isolamento social é apontado como um dos fatores resultantes da violência conjugal, que contribui negativamente para a saúde mental da mulher (Gelles & Straus, 1988; Silva, 1995).

Como podemos constatar, Maria permanece então, vítima, numa relação conjugal violenta, sem consciência de tal, porque não interpreta as agressões de André como formas de violência. Considerando que a interpretação que fazemos de acontecimentos violentos depende de fatores como a nossa sociedade, cultura e experiência (Zulueta, 1996), analisamos em seguida a história da vida de Maria, nas vertentes da exposição a violência interparental e sua crença no amor romântico, para percebermos qual o significado e o sentido que Maria atribui às agressões de André.

No que respeita à exposição a violência interparental, consideramos este fator importante e pertinente para a compreensão deste caso, uma vez que a investigação na área da violência conjugal, tem evidenciado que as mulheres vítimas de violência conjugal apresentam níveis elevados de história de exposição a violência interparental, principalmente quando a mãe foi vítima (Fritz, Slep & O`Leary, 2012). A transmissão intergeracional da violência conjugal ocorre, segundo Kalmuss (1984), quando a criança exposta a violência interparental interioriza que o uso da violência nos conflitos interpessoais é algo permitido, legitimando a sua aceitação numa fase posterior, tal como Maria. Ela classifica a relação conjugal dos seus pais como “tudo normal, como nas outras casas”, apesar de estes terem mantido um relacionamento conjugal violento no qual a mãe era vítima de violência psicológica e física, do mesmo modo, que crianças expostas à violência interparental tendem, segundo Amar, Kotliarenko e Lanos (2003), a normalizar a conduta violenta, percecionando-a como um estilo de vida comum de modo a estabelecerem um estado funcional de equilíbrio num ambiente pouco favorável. Ao legitimar o uso da violência em contexto de intimidade, Maria aceita, então mais facilmente, que agora, André também lhe faça “cenas de ciúmes” tal como viu o seu pai fazer “cenas de ciúmes à sua mãe”.

De acordo com Harris e Dersch (2001) existe um risco elevado de as crianças expostas a violência interparental subestimarem com o tempo a severidade da violência testemunhada, pelo que não podemos apurar ao certo, através dos relatos, embora muito pouco detalhados de Maria, ou até mesmo pela ausência destes, qual a severidade da violência exercida pelo seu pai. Neste sentido, apesar de ser evidente que o seu pai era violento e responsável pelos conflitos, uma vez que se “descontrolava porque tinha ciúmes” constata-se que Maria desvaloriza as agressões do pai, e nega que este fosse violento. Ao utilizar as expressões “eles andavam à pancada”, “eles discutiam”, “o meu pai descontrolava-se porque tinha ciúmes”, Maria identifica os dois como atores da violência e justifica o comportamento do pai através da crença de que o ciúme exacerbado é uma expressão de amor.

De acordo com Ravazzola (1997), a criança exposta a violência entre os pais, sente-se confusa face a ter de gerir o facto de amar o agressor e a vítima, o que a leva a procurar justificações para não incriminar o agressor, minimizando desta forma os seus atos violentos. Maria minimizava então as agressões do pai sobre a mãe, acreditando que este agia por amor (“o meu pai achava que a minha mãe tinha amantes e como gostava muito dela fazia-lhe cenas de ciúmes”), tal como também acredita, agora, que André gosta muito de si porque lhe faz muitas cenas de ciúmes (“se ele tem tantos ciúmes, então deve gostar muito de mim”, “se ele não gosta de mim, então porque tem tantos ciúmes?”). Maria acredita que a mãe era a culpada pelo comportamento do pai, porque teria amantes, tal como pensa ser ela, agora, a culpada pelo comportamento de André embora no seu caso não encontre a devida justificação. Segundo Frawley (2008, cit Fritz, Slep & O’Leary, 2012) as mulheres expostas a violência interparental, tendem a reproduzir nos seus relacionamentos íntimos, os comportamentos que observaram nas suas mães, podendo vir segundo Bensley, Eenwyk e Simmons (2003) a considerar o uso da violência, normal, nas relações íntimas e a apresentar maior disponibilidade para se autoculpabilizarem, quando em adultas forem também vítimas, caso tenham considerado na infância a sua mãe responsável pela violência sofrida.

No que respeita à influência da crença de amor romântico exibida por Maria (“Ele é o homem da minha vida”, “se ele tem tantos ciúmes, então deve gostar muito de mim”) alguns estudos sugerem que as mulheres toleram mais facilmente a violência exercida por homens que são descritos como ciumentos, e tendem a considerá-los mais românticos no amor do que os agressores não ciumentos (Puente & Cohen, 2003). Esta interpretação do ciúme como uma evidência de amor também tem sido apontada como um dos fatores que contribuem para que

as mulheres vítimas de violência conjugal não interpretem os atos violentos a que são sujeitas (Henton et al., 1983 cit. Gelles, 1997; Puente & Cohen, 2003).

O facto de Maria ter sido vítima de violência conjugal apesar de reunir um conjunto de características, aparentemente preventivas de tal situação, corrobora que qualquer mulher, seja qual for a sua personalidade ou condição social pode vir a sofrer violência pelo parceiro, apresentando aquelas que possuam alguns fatores de vulnerabilidade, maior dificuldade para se libertarem deste tipo de relação, porque perante as agressões apresentam uma resistência menor (Bucher-Maluschke, 2004; CDC, 2011; DAIP, 2011; Gelles & Straus, 1988; Hirigoyen, 2006; WHO, 2011).

Conclusão

O caso de Maria, reforça a hipótese de que as mulheres que tenham sido enquanto crianças, testemunhas de violência interparental, sendo o pai agressor e a mãe vítima e tenham também vindo a adquirir crenças de amor romântico, desenvolvem maior propensão a escolher parceiros violentos e maior vulnerabilidade para se tornarem elas próprias vítimas de violência conjugal, por terem dificuldade em reconhecê-la enquanto tal.

Com efeito, Maria, apesar de se apresentar como uma mulher independente financeiramente, empregada, com formação superior e uma vida social ativa, descreve os seus anteriores namorados com traços típicos de um perfil violento e tornou-se vítima de violência conjugal, permanecendo na relação abusiva incapaz de reconhecer o comportamento violento do companheiro como uma posição abusiva, o que, segundo Matos e Machado (1999) constitui uma condição essencial para que a mulher decida pôr fim ao abuso.

A exposição à violência interparental num quadro em que Maria considerava que entre os pais existia um grande amor e a crença de amor romântico na qual as ações violentas do companheiro são interpretadas como consequência do ciúme enquanto manifestação de amor, propiciando a adoção de um modelo de relacionamento interpessoal em que é permitido o uso da violência na relação íntima, parecem ter sido neste caso os fatores de vulnerabilidade determinantes da dificuldade da vítima em perceber-se como tal.

O facto de a violência psicológica nunca ter passado ao nível físico, terá igualmente facilitado a Maria a justificação e aceitação das violências sofridas (referência de Maria ao episódio em que foi ameaçada com uma faca: “ele costuma ser assim às vezes mas não passa disso”).

Finalmente, as consequências na saúde mental resultantes da própria situação de abuso também dificultaram progressivamente a Maria a tomada de consciência da sua situação de vítima.

Em contexto terapêutico, para ajudar Maria a libertar-se da relação abusiva a que estava sujeita, seria pois essencial perceber porque é que Maria não interpretava corretamente os comportamentos violentos de André, ou de outra forma, porque é que Maria não tinha consciência de que André estava a submetê-la a uma condição de vítima.

Referências Bibliográficas

- Amar, J. A., Kotliarenko, M. A., & Llanos, R. A. (Julio de 2003). Factores Psicossociales Asociados Con La Resiliencia En Niños Colombianos Víctimas De Violencia Intrafamiliar. *Vol. 11, número 1*, pp. 162-197.
- Amor, P. J., & Bohórquez, I. A. (2011). *Fundacion Five - Instituto de Victimologia*. Obtido em 10 de Novembro de 2011, de Fundacion Five Web site: <http://www.fundacionfive.com/wp-content/uploads/Formacion13e.pdf>
- Bensley, L., Eenwyk, J. V., & Simmons, K. W. (2003). Childhood Family Violence History and Women's Risk for Intimate Partner Violence and Poor Health. *Am J Prev Med*, 25(1).
- Blasco-Ros, C., Sánchez-Lorente, S., & Martínez, M. (2010). Recovery from depressive symptoms, state anxiety and post-traumatic stress disorder in women exposed to physical and psychological, but not to psychological intimate partner but not to psychological intimate partner violence alone: A longitudinal study. *BMC Psychiatry*, 10:98. Obtido de <http://www.biomedcentral.com/1471-244X/10/98>
- Bucher-Maluschke, J. S. (2004). Vínculo, afetividade e violência: Desafios para a família e a sociedade. In J. S. Bucher-Maluschke, G. Maluschke, & K. Hermanns, *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática* (pp. 157-170). Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer.
- Burke, J. G., Gielen, A. C., McDonnell, K. A., O'Campo, P., & Maman, S. (2001). The process of ending abuse in intimate relationships. *Violence Against Women*, 7(10), 1144-1163.
- Castellano, I., García, M. J., Lago, M. J., & Ramírez, L. (1999). La violencia en parejas universitarias. *Boletín Criminológico*, 42, 1-4.
- CDC(2011). <http://www.cdc.gov/ViolencePrevention/intimatepartnerviolence/definitions.html>. Obtido em 11 de setembro de 2011
- DAIP. (2011). Obtido em 2 de Novembro de 2011, de <http://www.theduluthmodel.org/training/wheels.html>
- DeKeseredy, W. S. (2000). Current controversies on defining nonlethal violence against women in intimate heterosexual relationships. *Violence Against Women*, 6(7), 728-746.
- Diniz, G. R., & Pondaag, M. C. (2006). A face oculta da violência contra a mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. In A. Almeida, M. F. Santos, G. R. Diniz, & Z. A. Trindade, *Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: Estudos em Representações Sociais* (pp. 233-259). Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Dutton, D. G. (2000). Witnessing parental violence as traumatic experience shaping the abusive personality. In R. A. Geffner, P. G. Jaffe, & M. Sudermann (Edits.), *Children exposed to domestic violence. Current issues in research, intervention, prevention and policy development* (pp. 59-67). New York: The Haworth Maltreatment & Trauma Press.
- Follingstad, D. R., & Dehart, D. D. (2000). Defining psychological abuse of husbands toward wives. *Journal of Interpersonal Violence*, 15(9), 891-920.
- Follingstad, D. R., Rutledge, L. L., Berg, B., Hause, E. S., & Polek, D. S. (1990). The role of emotional abuse in physically abusive relationships. *Journal of Family Violence*, 5(2), 107-120.

- Fritz, P. A., Slep, A. M., & O'Leary, K. D. (27 de February de 2012). Couple-Level Analysis of the Relation Between Family-of-Origin Aggression and Intimate Partner Violence. *Psychology of Violence*(Advance online publication. doi: 10.1037/a0027370).
- Gelles, R. J. (1997). *Intimate Violence in Families*. London: Sage Publications.
- Gelles, R. J., & Straus, M. A. (1988). *Intimate violence: the causes and consequences of abuse in the American family*. New York: Touchstone.
- Giles-Sims, J. (1998). The aftermath of partner violence. In J. L. Jasinski, & L. M. Williams (Edits.), *Partner violence. A comprehensive review of 20 years of research* (pp. 44-72). California: Sage.
- Hamberger, L. K., & Holtzworth-Munroe, A. (1994). Partner violence. In F. Dattilio, & A. Freeman, *Cognitive-behavioral strategies in crises intervention* (pp. 302-322). New York: Guilford Press.
- Harris, S. M., & Dersch, C. A. (2001). "I'm just not like that": Investigating the intergenerational cycle of violence. *The Family Journal: Counselling and Therapy for Couples and Families*, 9(3), 250-258.
- Henning, K. R., & Klesges, L. M. (2003). Impact of intimate partner violence on unmet need for mental health care. *American Journal of Public Health*, 93, 1089–1097.
- Hirigoyen, M. -F. (2006). *A violência no casal: Da coação psicológica à agressão física*. (M. H. Kuhner, Trad.) Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Hirigoyen, M. -F. (7 de 6 de 2007). « Casseés à la intèrieur » : Pourquoi elles subissent. (C. Fleury, Entrevistador) *Nouvele Observateur*.
- Kalmuss, D. (1984). The intergenerational transmission of marital aggression. *Journal of Marriage and the Family*(46), 11-19.
- Kearney, M. H. (2001). Enduring Love: A Grounded Formal Theory of Women's Experience of Domestic Violence. *Research in Nursing & Health*, 24, 270-282.
- Loring, M. T. (1994). *Emotional Abuse*. New York: Lexington Books.
- Marcus, N. E., Lindahl, M. K., & Malik, N. M. (2001). Interparental Conflict, Children's Social Cognition, and Child Aggression: A Test of a Mediational Model. *Journal of Family Psychology*, 15(2), 315-333.
- Marin, A. J., & Russo, N. F. (1999). Feminist perspectives on male violence against women. In M. Harway, & J. M. O'Neil (Edits.), *What causes men's violence against women?* . Sage Publications.
- Martin, A., Berenson, K., Griffing, S., Sage, R., Madry, L., Bingham, L., & Primm, B. (2000). The process of leaving an abusive relationship: The role of risk assessments and decision-certainty. *Journal of Family Violence*, 15(2), 109-122.
- Matos, M. (2002). Violência conjugal. In R. Abrunhosa Gonçalves, & C. Machado, *Violência e vítimas de crimes* (Vols. 1 - Adultos, pp. 81-130). Coimbra: Quarteto.
- Matos, M., & Machado, C. (1999). Violência conjugal e o modelo de intervenção em crise. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 373-388.
- Puente, S., & Cohen, D. (2003). Jealousy and the meaning (or nonmeaning) of violence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 449-460.
- Ravazzola, M. C. (1997). *Historias Infames. Los Maltratos en las Relaciones*. Argentina: Paidós.
- Renner, L., & Slack, K. S. (2004). Inimate partner violence and child maltreatment: Understanding intra and intergeneration connections. *Child Abuse & Neglect*, 30, 599-617.
- Rodriguez, M. A., Bauer, H. M., McLoughlin, E., & Grumbach, K. (1999). Screening and intervention for intimate partner abuse. *JAMA*, 282, 468-474.

- Sackett, L. A., & Saunders, D. G. (1999). The impact of different forms of psychological abuse on battered women. *Violence and Victims, 14*, 105-117.
- Sani, A. I. (2006). Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar. *Análise Social, vol. XLI(180)*, pp. 849-864.
- Silva, L. F. (1995). *Entre marido e mulher ninguém meta a colher*. Celorico de Basto: Bolina Editores livresiros Lda.
- Silva, L. L., Coelho, E. B., & Caponi, S. N. (2007). Violência silenciosa: Violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação, 21(11)*, 93-103.
- SMS, S. M. (2010). *Actuación en salud mental com mujeres maltratadas por su pareja*. (S. M. Salud, Ed.) Murcia.
- Violence, T. C. (27 de June de 2001). Obtido em 10 de Outubro de 2011, de <http://health.state.tn.us/ems/PDF/g4011361.pdf>
- Waldrop, A. E., & Resick, P. A. (2004). Coping among adult female victims of domestic violence. *Journal of family violence, 19(5)*.
- Walker, L. (2009). *The Battered Woman Syndrome* (3rd ed.). New York: Springer Publishing Company.
- Walker, L. E. (1979). *The battered woman*. New York: Harper Colophon.
- Walker, L. E. (1984). *The battered woman syndrome*. New York: Springer Publishing Company.
- WHO. (2011). *World Health Organization*. Obtido em 21 de Novembro de 2011, de WHO website: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/en/index.html>
- Zulueta, F. (1996). Theories of aggression and violence. In C. Cordess, & M. Cox (Edits.), *Forensic psychotherapy. Crime psychodynamic's and the offender patient* (Vol. 1). London: Jessica Kingsley Publishers.